

Cidade e Democracia

Ambiente, Património e Espaço Público

Vítor Matias Ferreira *

Resumo: No contexto actual de reflexão sobre essas entidades que nos habituámos a designar de cidades, a sua problematização encontra-se num momento de acentuada reformulação analítica. Sem dúvida que a crise dos paradigmas explicativos, também sobre a chamada "questão urbana", estará na origem dessa necessária reformulação. São, sobretudo, transformações das morfologias sociais e urbanas, decorrentes de significativas mudanças do quadro económico, dos estilos de vida cidadina e dos modos de governação urbana, que implicam um permanente questionamento das respectivas abordagens analíticas. Por isso, o presente ensaio começa por posicionar a cidade como um "projecto", um projecto naturalmente "em construção", a partir do qual procura tecer uma discussão crítica sobre a dimensão cultural e sobre a condição urbana desse mesmo projecto. Na base de um tal enquadramento, três temáticas fundamentais – ambiente urbano, património urbano e espaço público – parecem fundamentar um "olhar" particular e uma problematização específica sobre essas cidades, nossas contemporâneas. Não se tratando, obviamente, de uma "nova teoria", aquele quadro analítico procura sustentar um conjunto de reflexões sobre o que se designou de "cidadania urbana", para, a partir daí, se abrir para o debate sobre a democracia na/da cidade.

Palavras-Chave: a cidade como projecto; a dimensão cultural e a condição urbana da cidade; ambiente urbano, património urbano e espaço público; a "cidadania urbana" e a democracia na/da cidade

Intróito – Sete Andamentos com Variações

Como uma pulsão, não necessariamente académica (no que isso pressupõe de posicionamento disciplinarmente "correcto") mas, pelo contrário, procurando abrir-se para diversos "territórios" conceptualmente mais fecundos – onde, precisamente, a pulsão se confronta com o peso institucional da "disciplina" – o texto que se segue pretende responder a dois desafios, relativamente distintos entre si, mas que o resultado final acabou por potenciar, reciprocamente: antes de mais, uma espécie de balanço de um de-

terminado percurso, académico, se se quizer, centrado nessa palavra um tanto mágica que dá pelo nome de *cidade*, mas em relação à qual a sua permanente banalização a tem impedido de uma assunção plena, "cidadina", precisamente, na sua dupla condição qualitativa – de qualidade da cidade, naturalmente, mas também de qualidade da própria cidadania! E foi, realmente, esta mesma qualidade da *cidadania*, tomada, desde logo, no seu sentido etimológico, que esteve na origem de um outro desafio, entretanto discutido publicamente¹. De sublinhar, ao fim e ao cabo, que ambos os desafios não deixaram de interrogar, em termos mais gerais e, em certos pontos, de forma ainda bastante embrionária, a questão

* Catedrático de Sociologia do ISCTE. Investigador-Coordenador do CET.

¹ De destacar, antes de mais, o Encontro promovido por Política XXI, "Há uma política de esquerda para a cidade?", Tavira, Julho 1999. Posteriormente, e em contextos muito diferentes, o debate sobre a cidade e sobre a cidadania foi discutido nos Açores, primeiro na Convenção da Nova Autonomia, "Cidadania – da exclusão à solidariedade", Angra do Heroísmo, Janeiro 2000 e, mais tarde, no I Colóquio Regional de Economia Social, com uma comunicação com o título "Cidadania – da participação ao movimento social", Ponta Delgada, Abril 2000.

de fundo aqui em causa e que, significativamente, acabou por titular este mesmo texto de *Cidade e Democracia*.

O texto desenvolve-se, assim, ao longo de sete pontos fundamentais que, numa alegoria musical, poderíamos entender como sete "andamentos" – com necessárias "variações", sem dúvida com "acordes" repetidos e cuja "harmonia" é, muitas vezes, dissonante! Além disso, a alegoria musical poderá, ainda, elucidar-nos sobre algum excesso de "ruído" – ao leitor, o apelo cúmplice sobre o respectivo "remastering"...

Apresentemos, brevemente, esses diversos pontos, também naquele jogo musical: antes de mais, procuramos sinalizar alguns equívocos sobre os temas em questão, discutindo, assim, a Cidade como Vulgata e a Cidadania como Panaceia – tendo em conta o tom um pouco jocoso, talvez que o "andamento" seja *allegretto scherzando*. Depois, reassumida a "seriedade" das questões em discussão, avançamos com uma determinada postura centrada na Cidade como Projecto, o que nos permite partir para a proposta de um Projecto para a Cidade – procurando imprimir a essa proposta algum "movimento" analítico, esse "andamento" parece corresponder a um *adagio con moto*.

Mas, como dissemos, a discussão sobre a noção de cidade é central em todo este texto, o que nos levou à análise dos Processos de Urbanização, em relação aos quais se parece constituir alguma Ambiguidade da Cidade – aquela centralidade analítica fez progredir, do nosso ponto de vista, o "andamento" deste texto, pelo que não será exagero designá-lo de *andante assai*. Ainda em torno da discussão da cidade, o ponto seguinte foi fundamental para discutir o Direito à Cidade, discussão que permite fundamentar o Pressuposto Cultural da Urbanidade – a natureza claramente "envolvente", também do ponto de vista emocional, em relação a este "andamento", parece indiciar-lhe uma postura de *allegro appassionato*. Por outro lado, a discussão anterior é indissociável de uma outra, agora em torno da (Re)qualificação Social e Territorial, o que nos permitiu avançar, complementarmente em relação ao ponto anterior, sobre a Condição Urbana da Cidade – aquela complementaridade deu, assim, a este "andamento", o tom de um *allegro vivace*.

É nossa convicção que os pontos anteriores permitiram avançar sobre algumas das dimensões analíticas, fundamentais na caracterização dessa entidade histórica que nos habituámos a designar de cidade. Mas o presente texto tem, também, ou-

tras ambições. Assim, três temas-chave na actual formulação sobre a questão urbana, obriga-nos a um ponto mais longo nessa discussão. Concretamente, os temas do Ambiente, Património e Espaço Público, parecem obrigar aquela reformulação, ao mesmo tempo que nos colocam uma nova interrogação, não conclusiva, portanto, agora sobre a eventualidade de estarmos perante um Novo Paradigma Urbano – aquela longa discussão, em que alguns dos temas são, sucessivamente, reconfigurados, ainda que numa perspectiva que se quer "sustentável", parece corresponder a um "andamento" *largo rondo sostenuto*.

Finalmente, o último ponto retoma, então, a discussão sobre as temáticas de partida, agora equacionadas em torno da dialéctica do Movimento e da Instituição. Dessa discussão partimos, então, para o que, enfaticamente, designamos de Cidadania Urbana, como forma de sublinhar a dupla condição, não redundante, da própria cidadania. Eis o que deixa em aberto, em termos mais gerais, a questão de fundo de todo o texto e que tem a ver com a Democracia Na/Da Cidade – exactamente por que tratam de questões em aberto, preliminares a um debate mais aprofundado, este último "andamento" não pode deixar de assumir, assim, as características de um *finale ma non troppo*.



É tempo, pois, de avançar no texto brevemente apresentado. Em todo o caso, haverá sempre uma alternativa à sua leitura – bastará a escolha e audição de uma peça musical, propriamente dita, certamente com outros andamentos...

A Cidade como Vulgata, a Cidadania como Panaceia

As referências à cidade e, de certo modo, também em relação à cidadania, são hoje uma constante, mas, paradoxalmente, correm o risco de deturpar os respectivos significados históricos, sociais e culturais, de tal modo essas referências se têm vindo a banalizar, com uma frequência cada vez maior, no discurso político e ideológico. Realmente, elas "enchem" a boca de qualquer político, instalado no espaço do poder ou candidato a isso, mesmo que o assunto não tenha nada a ver com as questões propriamente urbanas. Tendo-se ouvido dizer, de um modo completamente generalista, que a humanidade caminha, a passos largos, para a "urbanização global" – e logo aqui surgem duas palavras mágicas do discurso "in": o urbano e a globalização – e eis que a retórica normativa, perdoe-se o pleonasmo, as adopta eloquentemente, para enfatizar o discurso e escamotear a razão.

E, no entanto, não deixa de ser perversamente significativo, transformar as questões da cidade e da cidadania na sua mera vulgata, esvaziando de conteúdo urbano e político e ignorando a própria condição social e cultural dessas mesmas questões, impedindo, assim, que se entendam as condições, mas sobretudo as consequências, por exemplo, da (boa ou má) governação da cidade – numa alegoria aos frescos de A. Lorenzetti, em Siena, nos idos de Quatrocentos... – ou, mais genericamente, do (bom ou mau) exercício da própria cidadania. Não nos custa imaginar os comentários que alguma "classe política" reserva para as observações anteriores... Como é evidente, aqueles comentários "políticos" não são inocentes, nem se lhes pode recusar uma certa "inteligência prática", na medida em que uma tal vacuidade conceptual joga favoravelmente com os objectivos daquelas retóricas políticas e ideológicas, que alimentam um pensamento único, politicamente correcto e ideologicamente eficaz. Trata-se, efectivamente, de uma mistificação deliberada, intencionalmente acrítica e que vai encontrando algum eco em certos meios de comunicação social.

Bem sabemos que não há *um* pensamento, teoricamente fundamentado, sobre a cidade e,

muito menos, sobre a cidadania. Nem isso é, enquanto tal, uma preocupação epistemológica que bloqueie o necessário debate sobre alguns princípios e orientações acerca daquelas noções. E se não se pretende, propriamente, reabrir esse debate àquele nível crítico, isto é, do ponto de vista científico, nem por isso nos poderemos furtar à discussão daqueles princípios e orientações.

Em todo o caso e tal como veremos, será a *questão urbana* – numa referência, também simbólica, ao livro de M. Castells (1972), mas sobretudo em relação à sua obra, recentemente publicada (1996-98), que já foi considerada um "clássico" do século XXI! – que nos irá acompanhar ao longo do texto. No quadro da discussão aqui apresentada, aquela questão urbana será, então, problematizada, tal como dissemos atrás, em função de três temas centrais na cidade contemporânea: *ambiente, património e espaço público*. E veremos, então, como aquela articulação temática implicará uma nova abordagem dessa mesma questão urbana. Por último (mas, nem por isso, menos importante), haveremos de nos confrontar, em diversos momentos e sobretudo no final do texto, com o que é que todas estas reflexões têm a ver com a *democracia*, objectivo central, ao fim e ao cabo, desta mesma discussão.

A Cidade como Projecto – um Projecto para a Cidade

Tendo em conta as advertências anteriores, talvez possamos partir de um determinado postulado, entendido não propriamente no seu sentido etimológico, mas como enquadramento e orientação das abordagens subsequentes. De resto, este mesmo posicionamento é hoje, como veremos, relativamente consensual na formulação de instrumentos de intervenção estratégica e na própria avaliação prospectiva dos sinais de mudança urbana, na sua adjectivação económica, social e territorial. Neste sentido, "a cidade como projecto" constitui uma formulação que postula a cidade como uma *unidade* histórica e cultural, mas uma unidade simultaneamente totalizada e diferenciada, internamente e face ao exterior, e que se deve "projectar" num determinado sentido e em nome de um conjunto de valores e de objectivos, aberta ou implicitamente assumidos e contratualizados.

Estamos, pois, perante uma noção de *projecto*, suficientemente sugestiva para incorporar uma "ideia" e para configurar um "desenho", ideia e desenho que se deverão desenvolver numa poste-

rior materialização. Aquela noção recusa, assim, partir de um *a priori*, seja ele de vocação "iluminista" ou, simplesmente, de pendor tecnocrático, apelando, antes, à sua necessária construção, como projecto que é! Mas construção, ainda, no mesmo sentido em que o é a própria sociedade, ou seja, no sentido em que a sociedade se define e se "produz", enquanto *corpus* socialmente construído (cfr., nomeadamente, A. Touraine, 1999, que sendo a sua obra mais recente (?), integra a sua "teoria e prática de uma sociologia da acção").

Trata-se, pois, de um projecto *socialmente em construção*, o que significa que, em cada momento, ele é a resultante das conflitualidades e das consensualidades dos diversos grupos sociais – ou dos diversos *actores sociais*, para continuar seguindo o mesmo enquadramento analítico – eles próprios entendidos na sua mutabilidade económica e cultural, isto é, ao fim e ao cabo, de acordo com a respectiva dinâmica societal.

Parece, assim, evidente a natureza social daquele projecto, o que significa sublinhar a natureza social da "ideia" e do "desenho" que, em conjunto e em cada momento, esboçam aquele mesmo projecto. Não parece preocupante que, afinal, este projecto se apresente como um "esboço". Está na sua própria natureza, como vimos, tal como decorre, igualmente, da sua transitoriedade, do seu devir, de estar, precisamente, "em construção"! Mas, por outro lado, aquele esboço materializa-se em cada momento, tal como dissemos, sendo que esta permanente interacção se limita a enfatizar a condição processual deste mesmo projecto.

Se vimos o "como" se processa este projecto, precisamos de saber, ainda, quem o determina, isto é, quem o esboça e materializa, ou seja, é preciso localizar *quem* dirige e controla este mesmo projecto. Este "quem" não é propriamente identificável, ou melhor, a sua identificação, os seus conteúdos e a sua própria projecção, relevam de outras áreas, concretamente do domínio *do político* e da prática *da política*.

Percebe-se que assim seja, dada a própria natureza social daquele projecto e da correspondente recusa em o considerar como um suposto "instrumento" de mera utilização da cidade. Por outro lado, aquela distinção (curiosamente, entre o pendor "masculino" do político e a assunção "feminina" da política!) é meramente analítica, uma vez que o que se quer enfatizar é a própria condição da *praxis* – enquanto dialéctica entre o sistema político e o exercício da política – daquele mesmo projecto.

A partir deste entendimento da cidade como projecto, parece possível postular um projecto para a cidade, não para propor uma "ideia" e configurar um "desenho", mas para admitir que, salvaguardadas as condições e os pressupostos anteriormente referidos, a Cidade pode (e deve?) definir e defender um determinado projecto – um *projecto de cidade*, precisamente, não se tratando, como é óbvio, de um mero jogo de palavras – entendido, assim, como um conjunto de princípios normativos e de orientações estratégicas, estabelecidos na base de uma contratualização, socialmente garantida e politicamente assumida.



Trata-se, somente, de uma enunciação, de um postulado, como dissemos, na base do qual a abordagem crítica sobre as referidas retóricas pode ajudar-nos a uma hipotética configuração daquele mesmo projecto. É o que procuraremos analisar nos pontos seguintes.

Dos Processos de Urbanização à Ambiguidade da Cidade

De que falamos, quando falamos de cidade? Reportamo-nos somente à parte urbana consoli-

dada, ao "casco antigo", como dizem os urbanistas? E as ditas "periferias", que quase todas as cidades têm, em maior ou menor grau, são o "resto" da cidade ou têm uma "maldição" qualquer que as impede de vir a ter um estatuto propriamente urbano? E os espaços "intersticiais" ou de "transição" – também designados por certos autores de "periurbanos" – que não fazem parte da cidade "velha" (ainda que, como é óbvio, tenham a sua própria história, mau grado se considerem como uma espécie de "terra de ninguém") do ponto de vista da cidade, propriamente dita, como classificá-los?

Mas, se existem "periferias", não será, certamente, tautológico, admitir que existem, também, "centros", ou, na generalidade dos casos, um "único" centro! Por outro lado, não precisamos de apelar aos urbanistas para constatar que o centro das cidades, o dito "centro urbano", aparece identificado (nomeadamente, nos guias turísticos ou, mesmo, na toponímia dessas cidades) como sendo a parte da cidade mais privilegiada, mormente a mais antiga, que rapidamente se titula de "centro histórico". Como mero exercício empírico, constatamos, assim, que há várias "cidades" dentro da própria cidade – em analogia com o que O. Nello (1999) destaca, no caso de Barcelona – ou, então, estamos a identificar com o mesmo nome, situações e realidades bem distintas entre si.

É, pois, numa tal ambiguidade, que joga a retórica sobre a cidade. Precisamos, por isso, de nos entender sobre o que está em causa e que alimenta aquela ambiguidade. Mas não deverá ser possível clarificar esta questão sem analisar, com a brevidade possível, o que têm sido, nas nossas sociedades, os respectivos processos de mudança social e urbana das cidades, a que corresponderam determinados processos de urbanização. De resto, é da crítica destes processos – ou da própria *urbanização*, em sentido lato – que poderemos vir a identificar o objecto deste debate, procurando sinalizar, também, alguns elementos da sua mistificação. Permito-me, assim, retomar algumas reflexões anteriormente publicadas (1998), ainda que num quadro analítico diferente, procurando situar, então, histórica e sociologicamente, o contexto do surgimento e do desenvolvimento daqueles mesmos processos de urbanização.

Começemos, então, pelo "princípio". É relativamente conhecido, nas suas linhas gerais, o processo de desenvolvimento capitalista ao longo do século XIX e, sobretudo, desde finais de Oitocentos. Na sua expressão citadina, um tal

processo implicou romper com o "equilíbrio" – precário, sem dúvida, e baseado em bem demarcadas distinções sociais, culturais e urbanas – da cidade oitocentista. Mas era um tempo em que "urbano" e "urbanidade" eram expressões tendencialmente sinónimas – assim, um comportamento "urbano" era aquele a que correspondia uma atitude plena de "urbanidade", ambos situados na esfera de uma normatividade culturalmente aceite, ainda que numa base socialmente discriminada.

Aquele "equilíbrio" urbano (precário, é bom voltar a sublinhar) era plasmado, fundamentalmente, por aquela urbanidade, que não pondo em causa, como é óbvio, os fundamentos sociais e culturais com que se alimentava, acabava por reforçar aquele específico "modo de vida" urbana, parafraseando um dos importantes autores (L. Wirth, 1957 [1938]) da sociologia urbana americana. E, deste modo, não espanta, pois, que a noção de cidade moderna – moderna, no sentido da modernidade histórica, iluminista e racionalista, mas também culturalmente aberta, sobretudo através da "reinvenção" do espaço público urbano – tenha ficado indelevelmente ligada àquele modo específico da vida urbana oitocentista. Deste modo, uma "ideia" contemporânea de cidade, não podendo (nem devendo) renegar a sua própria historicidade urbana, terá que assumir aquela urbanidade social e cultural como um dos seus referentes principais.

E, no entanto, a lógica dos processos de urbanização, decorrentes das formas de crescimento económico e de intensificação industrial desde finais de Oitocentos, dificilmente se poderia ajustar àquele "equilíbrio", socialmente dominado, mas culturalmente consentido. A partir de então, as regras do jogo económico já não se podiam basear em nenhum "equilíbrio" urbano, instável que fosse, mas, antes, em processos de conquista territorial e de valorização urbana – isto é, a cidade era, definitivamente, uma mercadoria (cfr., nomeadamente, Indovina, 1976) a ser investida, por isso, como uma mais-valia capitalista. E, neste processo de conquista, a urbanização agiu, efectivamente, contra a cidade existente, isto é, contra a urbanidade, o que, paradoxalmente, implicou agir contra a "qualidade do urbano" da própria cidade, perdendo-se a redundância.

Deste modo, querendo sintetizar a cidade novecentista, decorrente daqueles processos de conquista territorial, três palavras-chave parecem resumir o período que se prolongará para além da primeira metade do século XX: *crescimento eco-*

nómico, expansão urbana e segregação social. Em rigor, cada um daqueles vectores não constituía uma novidade ou uma inovação urbana na vida das cidades². A novidade estava, contudo, na sua estreita articulação e, sobretudo, na potenciação daqueles vectores entre si, tornando-os indissociáveis e estruturalmente interdependentes.

O que a cidade oitocentista tinha podido dissimular, distinguindo os espaços afectos a cada uma daquelas "funções", a cidade capitalista, no seu esplendor, apostava num esquema fortemente determinado, como uma espécie de "fuga para a frente", cumprindo, assim, um "destino" economicamente irrecusável e politicamente determinante.

Tratou-se, assim, de uma trilogia de efeitos exponenciais entre si: crescimento económico, de base industrial, sem dúvida, mas atravessando diversas mutações, nomeadamente através de processos de terciarização das economias urbanas; expansão territorial, com uma dupla consequência, quer em termos de concentração populacional, quer, sobretudo, ao nível do que acabaria por ser designado de suburbanização (inclusive, no seu sentido mais literal, isto é, "inferior" à urbanização...); finalmente, segregação social e urbana, qual vértice inelutável daquela base piramidal ou, se quisermos, como corolário consequente daquela equação expansionista.

Um tal expansionismo territorial não foi, contudo, um processo homogéneo, bem pelo contrário. Paradoxalmente, à medida que se intensificava aquela ocupação espacial, mais a cidade ia perdendo a sua identidade cultural e urbana (vd. a seguir), entendida como caracterização da sua própria urbanidade, desde logo porque, em termos mais prosaicos, ia perdendo a sua população residente, isto é, ia perdendo uma das componentes fundamentais da "produção" daquela mesma urbanidade!

Deste modo, a cidade crescia, sim, mas nos seus subúrbios. Num tal contexto, talvez se possa falar de uma espécie de "cinismo urbano", na medida em que a cidade actuou, efectivamente, como um foco de atracção demográfica (lembramo-nos dos fortes movimentos migratórios para a cidade), mas um foco (de encadeamento?) que, ao fim e ao cabo, não era mais do que um mero "entroncamento", de passagem precisamente, e mediador, por isso, de uma inexorável expulsão de boa parte dessa população (e, também, das no-

vas gerações de anteriores residentes, entretanto culturalmente urbanizados) para as diversas periferias dessa mesma cidade.

A cidade dos anos 60 e também dos 70, apresenta, assim, um perfil urbano profundamente contrastado. Esquemáticamente, poderíamos entendê-la como uma cidade tendencialmente dualizada: ocupação económica do Centro e densificação social das Periferias! Ainda num registo um tanto cínico, poderíamos admitir que a cidade se havia deslocado para o seu exterior..., mas basta um olhar de relance, que seja, para essas mesmas situações periféricas, para nos certificarmos que a cidade não mora ali! Será que, à semelhança da metáfora do "fim da história", a cidade também acabou?

Para além das metáforas, será na década de 80 (mas para muitas situações, nos finais dos anos 70) que a cidade se irá confrontar com aquele dramático e, sem dúvida, paradoxal "vazio urbano". Aparentemente, aquela dualidade territorial parecia ter levado a cidade a um quase grau zero da sua própria condição urbana, à sua tendencial negatividade, como se de uma espécie de "suicídio" se tratasse, uma vez que uma tal situação não havia decorrido de nenhum fenómeno de catástrofe natural. Por outro lado, os "sobreviventes" da cidade existente, encontravam-se acantonados em certas bolsas de "resistência" urbana, ainda que com uma vivência cidadina, em todo o caso algo privilegiada, face às formas e aos modos de uma sofrida sobrevivência suburbana.

Não espantará, pois, que ao longo daquela década se inicie um processo que, metaforicamente, poderíamos designar de "renascimento urbano", a que passou a ficar associada uma outra atitude face à cidade. Significativamente, tratou-se de um movimento não propriamente institucionalizado, bem pouco estruturado, mas onde vão convergir interesses que, na época precedente, estiveram em "lados" diferentes da cidade – refiro-me, basicamente, por um lado, aos que continuaram a apostar na valorização fundiária e imobiliária da cidade, mas agora com uma imagem pretensamente "mais urbana" e, por outro, aos que descobriram uma "mais-valia" cultural (e também económica, naturalmente !) no próprio investimento em certas áreas da cidade existente, nomeadamente em zonas de acentuada historicidade urbana, a que ficou associado o fenómeno da "gentrification". Tal é o quadro,

² Cfr., entre outros, P. Bairoch (1985). A título ilustrativo, veja-se o interessante "diálogo" de Jacques Le Goff (1997) sobre o seu "amor das cidades". Significativa, também, a tese defendida por Le Goff sobre as semelhanças entre a cidade contemporânea e a cidade medieval, ao contrário, curiosamente, da comparação desta última com a cidade antiga.

muito contraditório, no qual a cidade aparece, hoje, necessariamente, referenciada.

O Direito à Cidade – o Pressuposto Cultural da Urbanidade

Vimos como a lógica dominante dos processos de urbanização acabou por alterar, profundamente, a configuração urbanística e o próprio conteúdo sociológico do que continuamos a designar por cidade. Na tentativa de apreender o significado actual dessas entidades históricas e culturais, está fora de causa, como é evidente, regressar a uma suposta "pureza urbana" dessas mesmas entidades. O que significa que o percurso analítico, sucintamente referido no ponto anterior, ao ajudar-nos a compreender o contexto da mudança histórica e sociológica das cidades, constitui, igualmente, o ponto de partida ou, se quisermos, o quadro problemático da actual condição urbana, como requisito fundamental para qualquer abordagem prospectiva que sustente um projecto de cidade, tal como foi sugerido no início deste texto.

Mas se não está em causa tentar apreender uma suposta "essência" das cidades, é necessário, contudo, retirar algumas ilações interpretativas do percurso anterior. Uma dessas ilações, sem dúvida uma das mais importantes, tem a ver com o modo como, em última análise, os processos de urbanização se concretizaram contra a urbanidade, entendida, como vimos, como a própria "qualidade do urbano". E se, hoje, essa urbanidade já não tem a conotação que tinha na cidade Oitocentista – identificada, então, como "civilidade", "boa educação", "cortesia", etc. – o seu equivalente qualitativo, no quadro da presente contemporaneidade, continua a ser uma condição relevante para avaliar do que falamos, quando falamos de cidade. Ou seja, precisamente porque nos reportamos a entidades históricas e culturais, esta última dimensão constitutiva das cidades – isto é, a sua dimensão cultural – é a que poderá avaliar, em termos qualitativos, a própria projecção da urbanidade contemporânea.

Trata-se, pois, da dimensão cultural do urbano, mas do "urbano" que se demarca, histórica e sociologicamente, da dita urbanização, tal como vimos anteriormente. Por outro lado, é certo que já estamos um pouco longe do condicionalismo dos anos 60, quando H. Lefebvre (1968), titulou

do direito à cidade uma determinada postura política, filosófica e urbana face a essas mesmas entidades históricas e culturais. Uma tal postura centrava-se, por um lado, na afirmação de um projecto político e filosófico de *raiz acentuadamente cidadina* – no que isso pressupunha de conjugação histórica de matrizes estéticas e normativas, remotamente originárias na *polis* grega e na *civitas* romana – e, por outro, de protesto sociológico de *reivindicação urbana* – precisamente, enquanto exigência fundamental de apropriação colectiva das orientações políticas e da textura cultural da cidade.

Mas, se aquele contexto dos anos 60 é, hoje, naturalmente diferente, digamos que boa parte dos pressupostos sociológicos e filosóficos presentes naquela obra, mantém, ainda, uma acuidade analítica significativa, ainda que politicamente datada. Por isso, para aquele autor, "o direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Ele só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada". E, numa tal formulação, o autor entende por "urbano", naturalmente, "o lugar do encontro, a prioridade do valor de troca, a inscrição no espaço de um tempo promovido ao posto de bem supremo entre os bens", no pressuposto, afinal, que "o urbano encontre a sua base morfológica e a sua realização práctico-sensível" (*op. cit.*, 132).

Trata-se, assim, de uma reivindicação política e cultural em relação à vida urbana, entendida, sobretudo, ao nível dos processos de sociabilidade urbana e de fruição plena da cidade, o que, num quadro analítico diferente, remete para os processos de *apropriação pública* do espaço urbano, independentemente da natureza jurídica, pública ou privada, desse mesmo espaço cidadão. Como facilmente se entenderá, tais processos questionam, de modo premente, a própria vida urbana na cidade contemporânea, nomeadamente, no quadro problemático do *espaço público*, sobre o qual teremos oportunidade de voltar mais adiante, dada a sua importância extrema, no contexto das presentes reflexões.

Por ora, retenhamos a dimensão cultural da cidade. Em termos analíticos, como forma de explicitar uma tal dimensão urbana, não podemos deixar de reportar aquilo que, desde a célebre Escola de Chicago, ficou consignado como "cultura urbana"³, entendida como cultura *da* ci-

³ A literatura sobre a Escola de Chicago é vastíssima. Para uma aproximação sucinta, ainda que datada, cfr. M. Castells, 1968. Embora reportada a um posicionamento diametralmente distinto do que aqui é adoptado, sugere-se a consulta da antologia de textos coordenada por Carlos Fortuna (1997).

dade, o que significa que não está em causa, na presente formulação, qualquer referência às manifestações culturais *na cidade* – adiante voltaremos a esta distinção dicotômica, ainda que de importantes consequências analíticas, a propósito da discussão sobre a qualidade urbana. Em todo o caso, estamos mais próximo de uma perspectiva antropológica⁴ e, mesmo, filosófica, sobre esse "magma cultural" que dá consistência urbana à cidade, do que de uma sociologia do consumo, neste caso cultural, a que corresponderá, precisamente, a abordagem da cultura na cidade.

A este nível, portanto, torna-se necessário regressar àquela escola da Ecologia Urbana de Chicago, que se generalizou a partir dos anos 30 nos E.U.A. e, mais tarde, também na Europa, sobretudo no pós-guerra. Retenhamos, desde já, a própria designação dessa Escola – que não deixará de constituir, de modo quase determinante, uma das matrizes do que veio a ser designado, mais tarde, de "sociologia urbana" – mas, naquela designação, está já contida, efectivamente, uma estreita interacção entre um determinado "modo de vida" e o respectivo "*habitat* urbano", enunciando-se, deste modo, uma proposição disciplinar que integra, de modo indelével, a *dupla* condição social e espacial da cidade.

Deste modo, pode-se constatar que, daquela matriz da ecologia urbana se veio a estruturar, mais tarde, uma determinada postura sociológica, a que, genericamente, se associa, como dissemos, uma certa sociologia urbana ou, se se quizer, uma específica abordagem sócio-espacial da cidade. E se, num enquadramento inicial, aquela postura procurava conciliar uma certa visão da "cultura urbana" com o próprio "funcionamento da cidade", foi possível constatar uma progressiva supremacia da segunda componente em detrimento da primeira. Supremacia que, partindo de uma identificação e caracterização de eventuais "funções urbanas" (do funcionamento da cidade, precisamente), rapidamente se veio a instituir no que, mais tarde, se designou de *funcionalismo urbano*.

Sem dúvida que aquela supremacia não se reportava, exclusivamente, às questões meramente funcionais da cidade. Necessário, por isso, ter presente o peso determinante que aquela ideolo-

gia passou a ter, sobretudo no pós-guerra, e que se plasmou em diversas correntes estéticas, particularmente, na arquitectura e no urbanismo. De resto, o caso do *urbanismo* é emblemático dessa progressiva e abrangente hegemonia funcionalista. Assumido, nem sempre abertamente, como uma postura normativa sobre a cidade – lembremo-nos da sugestiva e premonitória definição apresentada por G. Bardet (1963 [1945]), para quem o urbanismo "é a ciência das boas (sic) formas urbanas" – não terá sido estranho, no contexto estético e cultural da época, integrar aquela normatividade, agora em nome do (bom!) "funcionamento" da cidade!

Percebe-se, assim, que a dimensão cultural do urbano, enquanto capacidade *criativa* e poder *identitário* da cidade, tenha acabado por ser socialmente recalcada e politicamente integrada, precisamente, em nome de uma suposta "funcionalidade" económica e social dessa mesma cidade. Em tais circunstâncias, aquele específico "modo de vida", que assinalámos atrás como componente constitutiva da respectiva dimensão social e cultural da cidade, haveria de se homogeneizar e de se minimizar, se não mesmo de se diluir, sob a quase totalitária hegemonia daquela ideologia funcionalista, então dominante.

Como se, uma vez mais, a ambiguidade dos significados jogasse com a própria fluidez dos significantes, conferindo, assim, uma dupla interpretação (ou uma dupla significação) àquele "modo de vida", precisamente a partir de um dos textos emblemáticos daquela escola da ecologia urbana – concretamente, L. Wirth (*op. cit.*), para quem o "urbanism" era um "way of life". Assim, num entendimento menos literal, mas mais sociológico, este "modo de vida" configura, efectivamente, um "modelo cultural" daquele "urbanism" – a que corresponderia, portanto, o próprio entendimento da *urbanidade* (tal como vimos antes) e não o de "urbanismo", tal como, significativamente, acabou por ser adoptada⁵. Por isso, não só problemas de tradução, mas sobretudo o peso de uma ideologia, então dominante, haveriam de limitar aquele "way of life" ao papel *funcional* da urbanização – isto é, ao do próprio "urbanismo", no sentido adoptado, curiosamente, pelos urbanistas... – reduzindo, assim, aquele "modo de vida" a mais uma componente normativa das "boas" formas urbanas!

⁴ Cfr., entre outros, Graça Cordeiro (1997), para além da colectânea de textos organizada por Gilberto Velho (1999).

⁵ Uma tal perenidade ideológica está patente, tanto na edição organizada, há mais de vinte anos, por Otávio G. Velho (1979), como, mais recentemente, no livro coordenado por Carlos Fortuna (anteriormente referido). Assim, em ambos os casos, aquela noção central de L. Wirth aparece sistematicamente reportada ao "urbanismo", minimizando, paradoxalmente, do nosso ponto de vista, o próprio alcance cultural e urbano daquele específico "modo de vida" e que, curiosamente, sobretudo neste último livro, se pretende sublinhar!

Como é evidente, a questão anterior não se reduz a um mero problema de interpretação linguística. E basta ver como, ainda hoje, aquela designação de "urbanismo" aparece indiferentemente utilizada, seja na sua suposta assunção disciplinar – isto é, como uma hipotética disciplina científica (?) do saber académico ou profissional – seja na sua utilização mais generalizada, do "senso comum", mas aqui, quase sempre escamoteando, aberta ou subrepticamente, consciente ou inconscientemente, a sua inexorável intencionalidade *normativa* – isto é, enquanto instrumento exclusivamente valorativo das "boas" ou "más" propostas urbanas!

Mas também é significativo que o posicionamento sociológico sobre a cultura urbana, que temos vindo a reportar, tenha acabado por ficar ligado a um certo estigma, neste caso, conotado com uma ideologia dita "culturalista". Numa tal interpretação, aquela ideologia será amplamente criticada, nomeadamente, por M. Castells (1972), numa altura em que, paradoxalmente, este autor se posicionava numa postura que, na época, não deixou de ser etiquetada de "estruturalista"!

Em rigor, as críticas mais contundentes de Castells não se dirigiam tanto ao dito "culturalismo" – e daí que, no livro citado, o autor tenha dedicado (criticamente, como seria de esperar!) um capítulo integral à obra de H. Lefebvre, que embora considerado como um dos referentes principais daquela corrente filosófica e sociológica, no domínio dos estudos e dos ensaios urbanos, não deixou de ter um lugar privilegiado naquela obra de M. Castells. Mas, efectivamente, as críticas mais duras deste autor incidiram, fundamentalmente, nas propostas e nas práticas do que acabou por se constituir na famigerada (por boas e más razões, acrescente-se!) "escola" do funcionalismo urbano, particularmente incidente no que se viria a constituir como o *corpus* de uma determinada sociologia urbana, tal como referimos anteriormente.

Aliás, um tal posicionamento crítico do autor era já assinalável num texto anterior (1968), no qual é feita uma exaustiva, ainda que sucinta, recensão analítica daquela produção sociológica (desde os anos 20) sobre a "questão urbana", com a conclusão paradoxal que um "último" tema faltaria, ainda, investigar: precisamente, "o do próprio objecto da sociologia urbana"! Numa tal interpretação, quase toda a anterior produção sociológica, no domínio dos problemas urbanos, não seria, então, mais do que mera "ideologia", estando, assim, ainda por criar, segundo o autor, "uma" ciência (sociológica?) do

urbano! Independentemente das vicissitudes por que tem passado aquela "ciência urbana", sabemos, hoje, de forma mais nítida, que a abordagem do "urbano" não se compadece com meras perspectivas estritamente disciplinares.

Mas, aqueles tempos corresponderam a um período saudavelmente crítico, ainda que demasiado catalogado em diferentes "escolas" de pensamento. E saudavelmente, também, porque a crise das teorias e das ideologias, neste caso em relação à cidade, era aberta e radicalmente criticada, como de resto se esperaria de uma situação efectivamente em crise! Além disso, basta associar aquele ano da publicação (1968) dos referidos textos de H. Lefebvre e de M. Castells, com os movimentos sociais seus contemporâneos – desde logo, o Maio de 68 em França, mas também as lutas sociais em Itália e, no seu seguimento, em outros países da Europa – para se entender o alcance daquela crise, que não era propriamente urbana, mas profundamente política e cultural, se não mesmo civilizacional!

Mas, a dita dimensão cultural do urbano? Perdeu-se nas vicissitudes daquela crise e nos meandros das mudanças económicas e sociais, que nos levam, hoje, a falar da nova "era" da globalização ou, parafraseando, precisamente, M. Castells (1996-98), na actual "era informacional"? E o designado "retorno à cidade", é um movimento meramente residual, sem impacto urbano significativo e decorrente, exclusivamente, de formas mais sofisticadas de rentabilização fun-



diária e imobiliária? E o papel, cada vez mais determinante, que as cidades – mas, também, as regiões metropolitanas – têm vindo a assumir, precisamente naqueles contextos de globalização, é um papel exclusivamente económico e financeiro (nomeadamente, no caso das ditas "cidades globais")? E a conjugação deste tipo de investimentos urbanos, com a realização de grandes eventos (desportivos, culturais, etc) nas cidades, limita-se a constituir uma ocasião (parafrazeando F. Indovina, 1992) de afirmação dessas mesmas cidades (cfr. Vítor Matias Ferreira e Francesco Indovina, org., 1999)? Tudo perguntas com respostas múltiplas, contraditórias, o que significa que a questão de partida, sobre a dimensão cultural do urbano, continua em aberto. Sinal que temos de continuar...

A (Re)qualificação Social e Territorial – a Condição Urbana da Cidade

Uma das retóricas ideológicas mais potentes, apoiada, fortemente, no próprio discurso urbanístico, é a que fala, até à exaustão, sobre a famigerada "qualidade urbana"! E, paradoxalmente (ou talvez não!), quanto mais se invoca esse "chavão", mais é questionável a qualidade dos espaços urbanizados, sobretudo nas extensas áreas das sofridas periferias suburbanas, mas também no interior das cidades, nestes casos excluindo algumas situações extremas (mas que se fazem pagar...) em determinadas áreas urbanas mais privilegiadas, se não mesmo "condominiais". Mas, curiosamente, aquela retórica vê "qualidade", onde, na maior parte dos casos, só existe quantidade – quantidade de espaço ocupado, quantidade de pessoas, de circulação e de estacionamento, quantidade de "vazios urbanos", etc, para não falar da (ainda existente) quantidade de zonas degradadas, de edificações arruinadas, de miséria urbana!

É certo que a discussão sobre a qualidade urbana é demasiado controversa, porque é suposto apoiar-se, exclusivamente, em critérios subjectivos. E, no entanto, foi a procura de uma maior objectivação sobre a questão urbana, que nos levou às reflexões anteriores, o que significa que aquela evidente subjectividade não impede, pelo contrário, uma abordagem plural e multifacetada dessa mesma qualidade urbana. Veremos, então, glosando ainda H. Lefebvre (vd. atrás), que essa abordagem questiona, em última análise, a própria qualidade da vida urbana, sempre tendo presente a que "urbano" nos reportamos!

Mas vejamos com um pouco mais de atenção aquela questão da quantidade, na sua estreita articulação com a avaliação qualitativa. Já num outro momento nos confrontámos com esse desafio (cfr. Vítor Matias Ferreira, 1994), ainda que, nesse caso, discutindo a qualidade urbana de territórios metropolitanos, particularmente o caso da metrópole de Lisboa. Tratou-se, claramente, de uma exercitação didáctica, mas que apelava a uma concreta aplicação no domínio genérico das políticas urbanas e, nesse sentido, apresentou-se como um conjunto de "apostas políticas para uma requalificação da quantidade". Como é óbvio, não se pretendia apresentar uma espécie de "programa de governo urbano" (neste caso, metropolitano), mas tinha-se a pretensão de equacionar alguns temas estratégicos, em torno dos quais se joga, do nosso ponto de vista, o debate sobre a qualidade urbana.

Falámos em temas estratégicos de qualidade urbana. Em rigor, serão estratégicas, sobretudo, aquelas "apostas", na medida em que, partindo, efectivamente, de certos temas-chave da questão urbana, procuram avaliar o modo como tais temas podem vir a ter uma adjectivação qualitativa no quadro da vida urbana. Por outro lado, esses diversos temas decorrem de cinco grandes domínios problemáticos para a cidade – a saber: o espaço, o ambiente, o território, a cultura e a política. Sem uma preocupação extrema de exaustividade, nem de uma hipotética hierarquização, pode-se considerar estarmos perante alguns dos domínios fundamentais que organizam e que determinam, em grande medida, a condição urbana das cidades, conferindo a estas entidades o sentido anteriormente explicitado.

A proposta apresentada centrava-se, então, naqueles domínios problemáticos, cada um dos quais se especificava em subdomínios binários, estruturalmente complementares entre si. Concretamente, em relação ao *espaço*: "espaço privado" e "espaço público"; no caso de *ambiente*: "ambiente físico" e "ambiente social"; em relação ao *território*, distinguindo: "cidade" e "metrópole"; para a *cultura*, uma distinção subtil: "cultura 'na' cidade" e "cultura 'da' cidade" (vd. atrás); finalmente, em relação à *política*, uma dialéctica fundamental: "instituição" e "movimento" (no último ponto, voltaremos a esta dialéctica determinante na configuração da cidadania política). Em todo o caso, para uma melhor compreensão de cada uma das noções apresentadas, sugere-se a consulta do texto referido.

Assim, a partir de uma tal grelha de tipificação dos domínios e subdomínios proble-

maticamente fundamentais para discutir a qualidade urbana, haveria que encontrar respostas qualitativas – a que chamámos "apostas políticas" – para cada um dos temas estratégicos, através dos quais seria possível analisar, então, a dita qualidade urbana. Foi, então, possível sumariar, de modo necessariamente esquemático, aquelas diversas "apostas para uma requalificação da quantidade", na medida em que, se para cada um dos temas seleccionados, há um apelo imediato à sua intensificação quantitativa, o desafio seria avaliar a(s) correspondente(s) resposta(s) qualitativa(s).

Tomando um exemplo emblemático para ilustrar esse desafio, poderíamos referir o caso do *alojamento*, enquanto tema estratégico do "espaço privado", em relação ao qual se coloca uma dimensão qualitativa se o avaliarmos, precisamente, ao nível da qualidade da habitação, enquanto tal, e não enquanto mero "fogo estatístico". Neste caso, estaríamos perante uma avaliação ao nível da qualidade do próprio *habitat*, seja ele individual ou colectivo, mas integrando, assim, quer a qualidade interna desse alojamento, quer a qualidade do seu espaço envolvente. Esta distinção entre o alojamento (dado quantitativo) e a habitação (dimensão qualitativa) é semelhante à que, por razões filosóficas e urbanísticas bem distintas entre si, H. Lefebvre, nas suas investigações, nos anos 60, sobre a residência individual ("pavillonnaires") ou o próprio Le Corbusier (1957), não deixaram de destacar sobre a natureza qualitativa daquele *habitat*. Efectivamente, no caso do primeiro, era sublinhada, sobretudo, a configuração antropológica e cultural inerente a essa mesma condição habitacional e, em relação ao segundo, considerava-se que aquele *habitat* deveria integrar o que aquele autor designou de "prolongamentos do alojamento".

À semelhança do exemplo anterior, foram, então, desenvolvidas diversas abordagens para o conjunto de temas anteriormente referidos. De acordo com a proposta metodológica apresentada, aqueles temas foram problematizados, sobretudo, do ponto de vista da sua incidência política, o que permitiu ter, no final, um conjunto de "apostas" – eufemismo que continuamos a usar para sublinhar que nos reportamos, efectivamente, a determinados desafios políticos – jogando, precisamente, sobre a qualidade de vida urbana.

Dissemos, no início, que este conjunto de "apostas" não poderia ser entendido como uma espécie de "programa de governo" da cidade, não só porque os seus objectivos se limitaram a

exercitar, didacticamente, uma determinada problemática analítica, mas, sobretudo, porque haveria de avaliar, então, os efeitos directos e indirectos dessas "apostas" entre si, para além da necessária adequação ao desenvolvimento de um determinado "projecto de cidade", tal como o definimos no início deste texto. Em todo o caso, a problematização anterior permitiu-nos sublinhar que a "passagem" do quantitativo ao qualitativo, não se reduz a uma mudança na enunciação dos conceitos, ou melhor, uma tal mudança condiciona *projectos urbanos* qualitativamente distintos entre si. Mas, também é certo que uma boa parte desta discussão aparece, hoje, reportada ao debate sobre a "requalificação urbana", através da qual é, ainda, a avaliação qualitativa da cidade que está em causa. Já noutra momento nos confrontámos, num estudo colectivo, com tal discussão (cfr. Vítor Matias Ferreira et al, 1999), pelo que poderá ser útil retomar alguns dos tópicos desse debate.

Clarifiquemos, então, que a *requalificação urbana*, enquanto processo interactivo da acção social e da intervenção territorial, pressupõe um conjunto de mediações e de instrumentos integrados numa determinada lógica de desenvolvimento urbano. Um tal processo, socialmente contraditório e politicamente conflitual, deve actuar, assim, ao nível da qualidade social e territorial da cidade (tal como a entendemos anteriormente), bem como em relação às condições de vida dos diversos grupos sociais – em especial, os que se encontram mais marginalizados da vida social e urbana. Trata-se, pois, de um processo que pressupõe uma assumida postura política, de democraticidade social e de consensualizada apropriação individual e colectiva dos espaços em causa, de acordo, aliás, com um determinado projecto de cidade, nos termos em que o definimos atrás.

Deste modo, a *requalificação urbana* constitui-se como um processo político de dupla valência, isto é, simultaneamente, de *acção social* e de *intervenção territorial*, que visa, essencialmente, (re)criar qualidade de vida urbana, através de uma maior *equidade social* – nas formas de regulação, de distribuição e de apropriação daquela mesma qualidade territorial; de um acentuado *reordenamento urbano* – controlando, social e politicamente, os processos de "produção" e de "consumo" dos respectivos espaços urbanos; e numa inovadora *democraticidade de governação urbana* – através da multiplicidade de instrumentos de acção política e de mediação do governo da cidade, seja ao nível glo-

bal do território, seja em termos dos diversos locais que o integram.

É certo, contudo, que este conceito de "qualidade de vida" oscila entre *condições subjectivas*, mas observáveis, ligadas com a percepção dos sujeitos relativamente ao seu espaço, às suas vivências, às suas necessidades básicas e ao respectivo grau de satisfação e *condições objectivas*, mas mensuráveis, como é o caso do nível de desenvolvimento económico, social e cultural atingido por uma determinada cidade. Este nível pode ser aferido através das oportunidades de emprego e de educação, dos cuidados de saúde, de um eficiente funcionamento dos serviços públicos, de boas acessibilidades e infra-estruturas de transporte e, ainda, da existência de um ambiente físico com qualidade (Furuseth e Walcott, 1990). Poderíamos, ainda, acrescentar outros indicadores da esfera social e cultural, nomeadamente, o perfil qualitativo dos diferentes grupos sociais e respectivas condições de vivência urbana, ou, ainda, as condições de produção urbana, na sua articulação com os processos de segmentação social e identitária.

Em certa medida, os efeitos de polarização económica e social que, de uma maneira geral, se registam nas grandes metrópoles, não deixam de ser, também, um tanto paradoxalmente, consequência do reconhecimento da imagem de "uma certa qualidade" que elas suscitam, nomeadamente, através das actividades económicas que são geridas no (do) seu espaço. Contudo, é de admitir que a qualidade urbana de um espaço metropolitano possa vir a ser melhorada através de processos de requalificação, de maneira a permitir a melhoria da sua capacidade de suporte de relações sociais e de intercâmbio cultural, sem saturar ou congestionar, excessivamente, o seu uso social ou funcional (Castells, 1990). Mas, estas são posturas ao nível da intervenção nos espaços urbanos ou metropolitanos, que teremos ocasião de retomar mais à frente.

No entanto, também poderá ser fecunda a abordagem da qualidade de vida urbana através da sua *ausência*, uma vez que a qualidade pode ser uma característica perceptível por privação, de acordo com o que propõe F. Indovina (1992). Com efeito, por vezes, torna-se mais fácil apontar a falta de qualidade de um espaço através da ausência dos elementos que a caracterizam, do que avaliar a que já existe ou que se prevê venha a existir. Uma tal percepção verifica-se, nomeadamente, na avaliação que um visitante ocasional fará de um determinado espaço, que sendo, normalmente, diferente da que é feita pelos

respectivos residentes, permite pôr em confronto essas duas percepções. Este pressuposto vai destacar, assim, as condições de uso e de apropriação da cidade, enquanto factor de avaliação da sua qualidade.

A propósito desta dualidade valorativa, aquele mesmo autor aponta a noção de "tipicidade", normalmente reportada a determinados espaços da cidade, cuja antiguidade histórica e respectivas condições de vida urbana, acabam por se constituir como referentes de uma identidade cultural e de uma memória urbana da respectiva cidade. Independentemente do valor heurístico de tais referentes, essas "imagens" da cidade, avaliadas, tantas vezes, como elementos de "qualidade urbana" para um turista ou para um estrangeiro, poderão significar, realmente, deficientes condições de vida urbana (em especial ao nível do espaço edificado) para os respectivos residentes. A este propósito, ainda que com objectivos bem distintos, é fundamental a consulta da obra, de grande fôlego teórico e empírico, de A. F. da Costa (1999), através da qual o estudo sociológico do bairro de Alfama, em Lisboa, permitiu detectar dimensões de "qualidade urbana", de distinta natureza das que temos vindo a sublinhar e verdadeiramente insuspeitas ao olhar dos forasteiros daquele bairro.

Em todo o caso, é de registar que as formulações de F. Indovina (na obra que vimos citando) sobre "o consumo da qualidade urbana", aparecem reportadas a três componentes fundamentais, que o autor designa de: *genius loci*, *genius rei publicae* e *genius gentis*, a que corresponderiam, respectivamente, a componente "físico-ambiental" da cidade; a dimensão que se reporta ao "funcionamento" e ao "governo público" dessa mesma cidade; e, finalmente, o vector que tem a ver com os "comportamentos" das pessoas e dos agentes sociais que residem ou que usam a cidade.

Trata-se de uma tipificação analítica extremamente sugestiva, para a qual o autor propõe, inclusivamente, uma parametrização de cada uma daquelas componentes e do seu conjunto, o que permitiria avaliar, para cada cidade, o "volume" e uma "geometria" da respectiva qualidade urbana. Sublinhando o carácter fundamental da interdependência entre aqueles componentes, o autor reconhece que aquela parametrização se limita a destacar a "escala" da respectiva qualidade urbana, uma vez que esta depende, em última instância, de um "plano para a qualidade" (*op. cit.*, 126), isto é, depende, precisamente, de uma assumida *política da qualidade urbana*.

Não obstante toda esta subjectividade de percepções, a avaliação analítica sobre a qualidade da cidade tende, ainda, a confrontar-se com uma profunda perplexidade, que não é mais do que uma inerente contradição da própria vida social e urbana: se, num primeiro momento, aquela avaliação tende a assumir, sobretudo, um determinado *valor de uso*, nomeadamente, em termos de consumo e de apropriação, pelo facto de se tratar de um valor socialmente discriminado e culturalmente selectivo, aquele uso rapidamente se transforma num correspondente *valor de troca*, ao privilegiar, assim, quem tenha capacidade para aceder (e para "pagar"! a referida qualidade urbana.

Por outro lado, a própria avaliação da qualidade urbana está dependente de alterações sócio-espaciais significativas, muitas vezes no seguimento de mudanças qualitativas específicas que se operam sobre o território, como é o caso da *reabilitação urbana*, da *recuperação do edificado* e da *reconversão de áreas degradadas* – "reabilitação", "recuperação" e "reconversão" que, nos seus próprios enunciados, apontam para objectivos políticos e conteúdos programáticos bem distintos entre si. Poderemos seguir esta tipologia, não que ela esgote o que N. Portas designava pela "política dos *res*" (1985), mas porque ela nos ajuda a diferenciar a natureza política da intervenção territorial e, sobretudo, a distinguir e caracterizar a natureza dos impactos sociais e culturais no respectivo espaço urbano ou metropolitano.

Assim, a partir daquela enunciação, vemos que qualquer daqueles tipos pressupõe uma intervenção em elementos ou zonas de aglomerados, com níveis mais ou menos elevados de degradação, quer física, quer social e urbana. No entanto, no caso da "recuperação", ela incide, quase exclusivamente, no elemento isolado, no espaço edificado, tomado na sua parcelização, na sua individuação, independentemente do contexto sócio-espacial em que se encontra inserido. Pelo contrário, no caso da "reabilitação", ela será tendencialmente urbana, isto é, de incidência social, cultural e territorial, ou, então, não o será! De resto, a reabilitação urbana pretende demarcar-se, desde logo, do que ficou consignado, nas políticas de intervenção urbanística, por "renovação urbana" – política de generalizada destruição/substituição da cidade existente, que se generalizou desde o pós-guerra, até aos anos 70, tal como noutra momento procurámos demonstrar (Vítor Matias Ferreira, 1998). Essa demarcação, por vezes muito

"ténue", fica obrigada, contudo, a ter em conta o quadro social e urbano anterior, entendido não só como património da cidade a preservar, mas património que se deve inserir, prospectivamente, na memória histórica e na identidade social e cultural das zonas a reabilitar (adiante voltaremos a este ponto).

Em relação à "reconversão de áreas degradadas", pode-se considerar que ela é contemporânea desta nova postura face à cidade existente, que a cultura da reabilitação urbana, a bem ou a mal, acabou por interiorizar, pelo menos ao nível do discurso urbanístico. Em certa medida, trata-se de uma certa generalização da ideia de "reabilitar", não já certas zonas do espaço urbano consolidado, mas amplas áreas, entretanto desactivadas das suas funções dominantes anteriores, como é o caso paradigmático dos espaços que atravessaram processos de desindustrialização, em maior ou menor escala. Como a contrariar esta intenção "requalificadora", veremos surgir inúmeras propostas de criação de "novas cidades" – isto é, quase sempre, meros projectos imobiliários! – nos espaços a reconverter. Assim, em nome de uma suposta "modernização urbana", aqueles mesmos princípios de adequação da intervenção urbanística à história urbana e à identidade social e cultural dos respectivos territórios, acaba por soçobrar, uma vez mais, às determinantes fundiárias e imobiliárias!

Mas, como dissemos, não está em causa, neste momento, uma avaliação daqueles instrumentos de intervenção urbanística na cidade existente, mas tão só, por agora, rematar as observações anteriores em torno do debate sobre a qualidade de vida urbana. Em tais circunstâncias, haverá lugar para concluir que, independentemente das "subtilezas" do discurso urbanístico sobre aqueles instrumentos, a avaliação dos seus impactos sociais, culturais e urbanos, nos territórios em causa, será, certamente, um dos modos de aferir aquela mesma qualidade. Razão porque continuamos a considerar que, em última análi-



se, é a própria avaliação daqueles processos, estreitamente articulados entre si, tanto da acção social como da intervenção urbanística – constitutivos, como dissemos atrás, da respectiva requalificação social e territorial – a que nos permite constatar em que sentido e de que modo poderemos continuar a invocar a dita qualidade urbana. E avaliação, ainda, é bom recordar, tanto ao nível da equidade social, como em termos do respectivo ordenamento territorial, tal como em relação à qualidade democrática da correspondente governação urbana.

Ambiente, Património e Espaço Público – um Novo Paradigma Urbano?

Como é genericamente conhecido, desde há mais de uma década que têm vindo a ocorrer mudanças significativas, quer em termos económico-financeiros, quer ao nível social e cultural. Naturalmente, as cidades têm estado, também, envolvidas nesses processos, assumindo, quase sempre, um papel determinante naquelas mudanças. Já anteriormente referimos, de modo sucinto, algumas das determinantes dessas mudanças urbanas e territoriais que, nomeadamente, têm estado na origem dos processos genéricos de requalificação social e espacial, tal como vimos no ponto anterior. Por outro lado, o facto de adjectivarmos esses processos de "social" e "espacial", significa já uma importante mudança, neste caso, ao nível sociopolítico, sinal que aquela dupla condição da cidade parece estar, hoje, suficientemente assumida.

Mas, aquelas mudanças têm-se processado para além, ou a partir dessa mesma dupla condição urbana, não só devido ao actual contexto dito de globalização, mas, também, por razões "locais", no caso, decorrentes de novas, ou reformuladas, competências e representações da cidade contemporânea. Com efeito, se aquele contexto de globalização, coloca, com maior premência, as questões ligadas à competitividade económica e territorial, é, precisamente, neste mesmo contexto que as cidades (e não só as "cidades globais") passaram a assumir um papel cada vez mais determinante, nomeadamente, através de novas "funções" e de novos protagonismos (cfr. Vítor Matias Ferreira et al., 1997).

É num tal quadro que parece importante sublinhar a emergência de uma nova problematização urbana, particularmente determinada por três temas centrais – *ambiente, património e espaço público* – decorrentes daquelas mudanças

sociais e territoriais. Ao falarmos de problematização, significa que esses mesmos temas apelam a um estreito relacionamento entre si, sem embargo de não nos ser possível dispensar uma primeira abordagem diferenciada de cada um desses temas. Em todo o caso, veremos que daquelas mudanças sociais e territoriais, decorrerá alguma *inovação urbana*, não tanto em termos propriamente temáticos, mas na sua nova formulação e, sobretudo, nos efeitos políticos dessa nova problematização urbana.

ambiente urbano

Comecemos, então, pelo tema do *ambiente*. Será, certamente, tautológico, invocar o actual contexto de globalização – económica e tecnológica, sem dúvida, mas abrindo-se, progressivamente, para outros campos da actividade social e cultural – para debater a questão do ambiente. Com efeito, esta questão terá sido, talvez, a primeira a colocar-se numa tal escala *global*, quer ao nível da sua emergência, quer, sobretudo, nos seus efeitos e nas suas consequências, particularmente ao nível territorial. Já no que se refere à questão do "ambiente urbano", esta não deixa de ser, um tanto paradoxalmente, contemporânea da fase mais recente daquele processo de mundialização – precisamente, a fase que encontrou, nas chamadas "cidades globais", os elementos motores e paradigmáticos daquele mesmo processo de globalização.

Deste modo, o *ambiente urbano* – tal como, hoje, o identificamos – é uma problemática com uma formulação recente. Efectivamente, será, sobretudo, no início dos anos 90, com a publicação e posterior aprovação do *Livro Verde do Ambiente Urbano*, que os problemas genericamente conotados com o *ambiente (na) (da) cidade*, passaram a ter uma formulação qualitativamente diferente, sobretudo do ponto de vista político e urbano. Que aquele "Livro Verde", aprovado pelo Conselho de Ministros do Ambiente da U.E., em 1991, não tenha, até agora, visto "luz branca" – isto é, não tenha sido transformado num *livro branco* do ambiente urbano, no que isso implicaria de vinculação de um determinado "ambiente urbano" para os países signatários – é uma outra questão, ou melhor, é uma situação que, não invalidando o alcance ambiental e urbano daquela noção, comporta um expressivo significado político.

Diga-se, desde já, que a importância daquele documento comunitário está, precisamente, na problematização do ambiente urbano, isto é,

no modo como são equacionados os temas ambientais *na/da* cidade. De resto, numa tentativa de sintetizar aquela problematização, teríamos de concluir de forma assaz significativa, tendo em conta a temática aqui em causa: efectivamente, o ambiente urbano – enquanto estreita e literal articulação entre o "ambiente" e o "urbano" – articula-se, significativamente, com o património da cidade, isto é, com o *património urbano*, como veremos melhor seguidamente, enquanto elementos constitutivos da história, da cultura e da identidade desses específicos territórios.

Como é evidente, não está em causa esvaziar de conteúdo científico e político, a noção, genericamente reportada à questão ambiental. Pelo contrário, a qualidade ambiental das cidades continua a ser avaliada, primeiramente, a partir de múltiplos indicadores, como é o caso dos índices da qualidade da água, do ar, dos níveis de sonorização e de poluição, das condições de saneamento e de infra-estruturas, etc. No seu conjunto, permitem avaliar a qualidade ambiental *na* cidade – enquanto avaliação dos índices do "meio-ambiente" dessa mesma cidade – insuficientes, contudo, para caracterizar, globalmente, a qualidade do ambiente *da* cidade, ou seja, para qualificar, realmente, o respectivo ambiente urbano.

Mas, por outro lado, a importância do documento comunitário, acima referido, não está somente naquela problematização do ambiente urbano, mas nos pressupostos que a fundamentam, apoiados num diagnóstico, radicalmente crítico, sobre a condição urbana das nossas cidades. Assim, temas aparentemente tão diversos como "a mobilidade e os transportes", a "concentração do emprego no centro das cidades e a expulsão dos residentes para as respectivas periferias", "a degradação do edificado das cidades e as políticas de reabilitação urbana", etc, constituem temas recorrentes daquele diagnóstico, que permitem entender, depois, uma formulação mais exigente sobre as questões ambientais da cidade. Em última análise, trata-se de uma visão sistémica, que procura integrar as diversas dimensões e componentes da vida urbana, à semelhança, de resto, com o próprio modo como se procura equacionar a questão do ambiente nas sociedades contemporâneas.

Por isso, continua a ser pertinente e necessário analisar e avaliar, nas cidades, os índices mais estritamente ambientais, medindo e quantificando os diversos graus de (des)equilíbrio ambiental naquele quadro urbano. Do mesmo mo-

do que, em relação às questões patrimoniais da cidade, continua a ser fundamental, tal como veremos, conhecer e avaliar as condições de existência, os distintos tipos, os graus de conservação e/ou de degradação, entre outros índices, desse mesmo património. Sublinhe-se, no entanto, que, em ambas as situações, não se trata somente de medições quantitativas, pelo contrário, tais medições devem permitir, igualmente, uma equivalente avaliação *qualitativa*. Contudo, não é tanto esta mudança de natureza quantitativa em qualitativa, que introduz uma nova visão patrimonial da cidade, mas, sobretudo, uma perspectiva *integrada* – ou "sustentável", como se usa dizer – em termos quantitativos e qualitativos, do conjunto da vida urbana.

Deste modo, percebe-se que o ambiente urbano se distinga, decisivamente, do ambiente *do* urbano. Não se trata de jogos de palavras, mas de distinções analíticas, com impactos ambientais e urbanos muito diferenciados, na medida em que o ambiente urbano procura ter uma visão *transversal e integrada*, desses mesmos problemas ambientais da cidade. Nessa medida, o ambiente urbano "atravessa" e "integra" diversas dimensões da questão urbana, e não só as que se reportam, directamente, aos ditos problemas ambientais, originando, assim, novos elementos de problematização da cidade.

E se, como dissemos, continua a ser pertinente avaliar o *ambiente do urbano*, enquanto processo de medida dos índices ambientais da cidade, a questão de fundo parece ser de natureza diferente. E isso, porque aquela avaliação se apoia em indicadores que, do ponto de vista do ambiente, se "adicionam", quando se sabe que os efeitos – ou, melhor, os impactos – ambientais se *multiplicam* entre si. Razão eloquente para sublinhar até onde aquela noção de ambiente urbano implica, efectivamente, uma múltipla interacção dos factores constitutivos da cidade.

Por isso, podemos concluir que a "qualidade do meio urbano" aparece, hoje, necessariamente indissociável daqueles vectores fundamentais: *ambiente urbano e qualidade de vida*, tomados, ambos, no sentido que lhes temos vindo a conferir, que é, também, o sentido mais compreensivo e mais estruturante daquela mesma avaliação qualitativa. Por outro lado, a qualidade de vida urbana também não se restringe à satisfação das *necessidades básicas*, sejam elas de natureza económica (laboral, por exemplo), social (nomeadamente, no quadro habitacional) ou cultural (ao nível da oferta e dos consumos culturais, entre outros).

Neste contexto, a qualidade de vida urbana, tal como vimos atrás – em que sublinhámos o seu estreito relacionamento com as próprias características da "qualidade do urbano", isto é, com a própria urbanidade – pondera o nível e o grau de satisfação daquelas necessidades, com a própria avaliação qualitativa das condições de exercício daquela "vida urbana", em especial, em termos de *cidadania*, em relação à qual teremos ocasião de voltar, no último ponto deste texto.

Há, pois, uma mudança *qualitativa* na passagem do "ambiente da cidade" para a noção do "ambiente urbano". Se, em cada momento, as sociedades ficam confrontadas com a necessidade de conhecer melhor os seus problemas – para os resolver e, eventualmente, "transformar"! – aquela mudança qualitativa é, ainda, a resultante da progressiva *insustentabilidade ambiental* das cidades, nossas contemporâneas. Aquela mudança qualitativa é, assim, indissociável de outras mudanças no quadro da vida urbana.

Efectivamente, durante anos, associámos a urbanização às exigências do crescimento económico. Criticámos, então, esse crescimento, sobretudo porque ele não pressupunha um efectivo *desenvolvimento*. Hoje, sabemos que esse mesmo crescimento – económico, desde logo, mas também crescimento da urbanização – se processou, na generalidade, contra a "qualidade da cidade", isto é, contra a *urbanidade*, como procurámos demonstrar em páginas anteriores. Aquele crescimento da urbanização implicou, assim, uma ocupação extensiva – e, tantas vezes, abusiva – do território, para além de determinar um aumento das desigualdades sociais e da discriminação espacial. Se o solo é um bem escasso, finito e, portanto, *esgotável*, aquela ocupação indiscriminada do solo urbano, enquanto crescimento da urbanização, haveria de determinar, também, maiores desequilíbrios ao nível ambiental da cidade.

O ambiente urbano posiciona-se, assim, frontalmente, contra a generalização dos processos de urbanização. Não se trata de ocupar "mais" o território, mas de o ocupar *melhor*. Por isso dissemos que o ambiente urbano está profundamente associado, também, à questão patrimonial da cidade, ou, de modo mais específico, é parte integrante do próprio *património urbano* (que abordaremos seguidamente). Em tais circunstâncias, aquela associação pressupõe, por isso, modos e formas de articulação e de integração no todo que é a cidade, interpelando boa parte dos problemas ditos "urbanos", demasiado sectorializados na sua suposta especialização.

É esta visão integrada da cidade que comporta elementos inovadores no seu entendimento. Mas se atrás falámos de sistema, ao sublinhar a articulação estreita entre diversas componentes, precisamente integradoras da cidade, enquanto tal, isso não significa que se esteja perante um sistema fechado, bloqueado nas suas próprias inércias. Assim, aquela integração sistémica não pode nem deve implicar, bem pelo contrário, uma visão inerte, enclausurada num qualquer destino "fatal" dessa cidade. Ao nível analítico, o desafio está em problematizar uma perspectiva integradora daquela entidade histórica, ela própria em estado potencial de mudança. O que, no caso em apreço, significa regressar à noção de cidade enquanto *projecto* (tal como dissemos no início), necessariamente aberto àquela mudança, ainda que socialmente condicionado aos jogos e às estratégias dos actores em presença, no respectivo *palco urbano* – e veremos então (no final deste texto), como a cidadania se joga, ou se representa, precisamente naquele "palco urbano". É, pois, numa tal concepção de cidade, tendencialmente integrada, mas necessariamente "em construção", que as noções de património e de ambiente, situadas no presente quadro problemático, vieram introduzir uma profunda inovação urbana.

Sem dúvida que a "redescoberta" da cidade passa, hoje, por aquelas noções de património e ambiente. E se, cada uma delas, apela a uma problematização específica, sem embargo de as termos considerado, simultaneamente, como componentes integrantes da própria condição urbana, podemos concluir que, através delas, o que está em causa, em última instância, é a própria avaliação da *qualidade de vida urbana na e da cidade* (a eventual redundância ajuda-nos a enfatizar essa conclusão). De resto, essa mesma avaliação já havia sido iniciada aquando da discussão sobre a dimensão cultural da cidade (que abordámos atrás), agora necessariamente ponderada e integrada nas presentes componentes analíticas. Uma tal conclusão, obriga-nos a abordar, mais especificamente, a questão patrimonial da cidade. É o que faremos seguidamente.

património urbano

Falámos atrás de *património urbano*. É necessário, pois, aprofundar esta questão. F. Choay (1996) será, certamente, boa companhia, sobretudo porque, através dela, temos a possibilidade de ir acompanhando a "invenção do património urbano" (*op. cit.*, 130-151), desde meados de

Oitocentos até aos anos 30-40 do século XX. Assim, partindo de uma sólida investigação, quer literária, quer histórica e urbanística, sobre a transformação das cidades, particularmente europeias, a autora sustenta uma tese que não deixa de corroborar algumas das observações anteriores.

Com efeito, pondo em confronto as cidades do passado com a cidade do presente, F. Choay defende que "a noção de património urbano histórico se constituiu em *contracorrente* do processo de urbanização dominante" (itálico nosso), sendo, assim, "a resultante de uma dialéctica entre a história e a historicidade", isto é, diríamos nós, uma dialéctica entre um passado cidadão (histórico, naturalmente) e uma urbanidade do presente (cultural, sem dúvida), num processo através do qual é possível "reinventar" o respectivo património urbano.

Aquela dialéctica da história e da historicidade traduz, pois, numa formulação diferente, o que antes havíamos posto em confronto, quando sublinhávamos a dupla determinante, histórica e cultural, da própria condição urbana. De resto, se, na altura, H. Lefebvre foi um dos nossos referentes, precisamente porque ele próprio se posicionou naquela dialéctica histórico-cultural, a presente referência à "historicidade" remete-nos, de imediato, para A. Touraine, sobretudo a propósito da sua fundamentação teórica sobre os movimentos sociais (adiante, no último ponto, voltaremos a esta problemática).

Efectivamente, para Touraine (cfr., nomeadamente, 1969 ou, para nos situarmos, antes, num contexto mais recente, 1980), é, pois, através da *historicidade*, que se molda um determinado "modelo cultural", em nome do qual se pode vir a resolver a própria conflitualidade (dialéctica, acrescentamos nós) do movimento social, na sua permanente tensão com os respectivos processos de enquadramento político e de normalização institucional. De certo modo, aquele "modelo cultural" não deixa de configurar, em última análise, um determinado "modelo civilizacional", o que permite destacar o nível societal a que Touraine coloca aquela historicidade.

Não se julga abusivo considerar que o posicionamento de F. Choay, quando fala da dialéctica entre a história e a historicidade, não andarão muito longe do que acabámos de referir. Em todo o caso, é a partir daquela dialéctica que a autora avança, na obra anteriormente citada, para uma tipificação de "três figuras (ou abordagens) sucessivas, da cidade antiga", designadas,

então, respectivamente, de *memorial*, *histórica* e *historial*. E veremos, então, que enquanto as duas primeiras figuras se definem e se limitam à sua exclusiva dimensão histórica, será a partir da última abordagem que será possível, então, "sintetizar" aquela mesma dialéctica.

Assim, a primeira figura, que a autora designa de *memorial* – e que tem em Ruskin (nomeadamente, 1847) o seu intérprete emblemático – é a que decorre de uma abordagem em que a cidade é representada à semelhança do papel "memorial de monumento", enquanto "objecto paradoxalmente não elevado a esse fim", mas que não deixa de possibilitar "o duplo e maravilhoso poder de enraizar os seus habitantes no espaço e no tempo". Trata-se, contudo, de uma figura que F. Choay considera historicamente limitada, em particular no quadro em que a coloca o próprio Ruskin, que querendo viver a cidade histórica no presente, acaba por "a encerrar, de facto, no seu passado" e falhando, deste modo, "a cidade historial, a que se encontra comprometida com o futuro da historicidade".

Mas, antes daquela figura "historial" do património urbano, F. Choay avança, ainda, com o que considera uma abordagem propriamente *histórica*, diferenciando, então, esta abordagem, quer ao nível de um "papel propedêutico", quer enquanto "representação museológica" (*muséal!*). Assim, no primeiro caso – em que se destacam as formulações de Viollet-le-Duc e, em especial, as de Camillo Sitte (1889) – é sublinhado, sobretudo, o papel "pedagógico" do estudo da cidade antiga, através da abordagem da sua "morfologia urbana" – de que C. Sitte terá sido o criador, "a partir do paradigma da praça pública"!

Por outro lado, através daquela "pedagogia", procura-se demonstrar a "beleza" da cidade antiga até à cidade barroca, em contraste com a cidade contemporânea, então marcada pela industrialização de finais de Oitocentos. Um tal posicionamento será, mais tarde, duramente criticado – injustamente, segundo F. Choay – nomeadamente, por alguns dos arquitectos representativos do "movimento moderno", entre os quais são de destacar alguns dos mentores do Congresso Internacional da Arquitectura Moderna – CIAM (a que, inelutavelmente, ficou ligado, recorde-se, o nome de Le Corbusier, entre outros arquitectos modernistas).

No segundo caso, tipificado pela autora que vimos seguindo e entendido como representação museológica da figura histórica, "a cidade antiga, ameaçada de desaparecimento, é concebida como um objecto raro, frágil, precioso para a arte e para

a história", pelo que, tal como as obras conservadas nos museus, "deve ser colocada fora do circuito da vida". Uma tal concepção de "cidade (de) arte", ao tornar-se numa figura estritamente "histórica" (no sentido dado por F.C.), acaba por perder a sua própria "historicidade".

De modo muito significativo, é esta figura histórica, "museológica", a que tem vigorado, entre nós, com maior destaque. Com efeito, em termos implícitos, ou assumida explicitamente, tem sido essa a prática política sobre "preservação" ou "conservação" do dito património (seja de natureza urbana ou outra). Uma tal postura tem implicado várias consequências, nomeadamente, certos efeitos *perversos*, resultantes de um comportamento politicamente maniqueísta em que se acaba por preservar *algum* património (considerado, naturalmente, como "histórico"), mas com o sacrifício da respectiva envolvente social e cultural, em que se insere esse mesmo património! Efectivamente, neste país, sobretudo nas suas cidades, abundam estes exemplos "museológicos"!

O que é certo é que a avaliação crítica sobre os posicionamentos que vimos atrás, levou F. Choay a avançar para uma nova abordagem, que designa de figura *historial* e que pode ser definida "como a síntese e a superação das duas anteriores". Neste caso, o representante emblemático parece ser G. Giovannoni (1998 [1931]), o qual, ainda segundo F. Choay, confere aos conjuntos urbanos antigos, "simultaneamente, um valor de uso e um valor museológico". Trata-se, como veremos, de uma definição de profundo valor heurístico, na medida em que sublinha o carácter "utilitário" das cidades históricas ou, melhor, da "vivência" da própria historicidade urbana, recusando encerrá-la, assim, numa espécie de "museu" da cidade.

Mas regressemos àquela figura "historial". Segundo a autora que nos vem orientando, terá sido Giovannoni o primeiro a falar de *património urbano*, "enquanto elemento e parte integrante de uma doutrina original da urbanização". Esta mesma originalidade – que, sem dúvida, mantém uma actualidade determinante, permitindo, ainda, reforçar, do nosso ponto de vista, muitas das reflexões anteriores – funda-se, assim, numa "doutrina da conservação e da restauração do património urbano", baseada em três princípios fundamentais:

- Antes de mais, admitir que "qualquer fragmento urbano antigo, deve ser integrado num plano de ordenamento local, regional e territorial, que simbolize a sua relação com a vida presente";

- Em seguida, considerar que "o conceito de monumento histórico não poderá designar um edifício singular, independentemente do contexto edificado no qual ele se insere";
- Finalmente, assumidas aquelas duas orientações, admitir que "os conjuntos urbanos antigos apelam a procedimentos de preservação e de restauração análogos aos definidos para os monumentos", como outros autores, mais centrados nos elementos isolados, acabaram por definir.

Como se sabe, tais princípios serão, mais tarde, internacionalmente aceites, nomeadamente, através da Carta de Veneza, aprovada em 1964, sem que, por isso, as cidades históricas – no sentido em que estamos a entender essas entidades "movidas" pela historicidade urbana – tenham ficado mais social e culturalmente preservadas!

Curiosamente, Giovannoni, no seu original em italiano (1931), utiliza a expressão *ambiente* para designar esta mesma simbiose, esta mesma "envolvência" entre a cidade, propriamente dita, e os conjuntos urbanos antigos. Uma tal designação, que F. Choay considera "intraduzível" (em francês), parece encontrar, entre nós, uma significação, digamos, literal, mas também conceptual, se a entendermos no sentido que seguimos, anteriormente, em especial em relação ao ambiente urbano. Por isso dissemos, atrás, que as noções de ambiente e de património, ambas reportadas às cidades, participavam, em graus diferentes e de modos distintos, é certo, no que designámos de *memória urbana*, mas memória activa, como forma de enfatizar a sua complementaridade e a sua integração, na própria qualidade de vida urbana.

espaço público

Daquela resenha, necessariamente sucinta, sobre a "alegoria do património urbano", proposta por F. Choay, parece oportuno retomar uma das suas observações sobre a obra de Camillo Sitte, quando o considera "criador da morfologia urbana", em especial a partir do "paradigma da praça pública". Significativamente, o próprio Giovannoni considerava *a praça* como "a obra-prima da cidade medieval" (*op. cit.*, 58). Um tal paradigma, conotado com a formação e a diversidade da morfologia urbana, pode-nos servir de referente simbólico, emblemático, do último tópico desta parte do texto, centrado, precisamente, na problemática do *espaço público* das cidades. Mas já

veremos, de seguida, até onde uma tal problematização não se confina, pelo contrário, à dimensão meramente "pública" desse mesmo espaço!

Um tanto paradoxalmente, a sociologia urbana, independentemente das suas "escolas", não parece ter colocado, como objecto específico de reflexão e de modo claramente assumido, uma tal problemática, o que não significa que aquele tema não seja recorrente, mas no quadro de outras problemáticas, nomeadamente, em torno dos processos de apropriação social e cultural do espaço urbano.

Por outro lado, a problemática dos espaços públicos parece demarcar-se de outras problemáticas sociológicas, mantendo, embora, articulações significativas. Tal é o caso do que os politólogos designam de *esfera pública* – de que "os usos da desordem" de R. Sennett (1975) parece ser uma referência representativa, no quadro analítico em que nos situamos – para além do campo largo, ainda que ambíguo, inclusive com articulações importantes com as questões urbanas, que aparece sob a designação genérica da *sociologia da vida quotidiana*. Mas a presente problemática também se demarca da chamada *opinião pública*, de que toda uma vastíssima literatura sociológica da comunicação e da cultura tem vindo a "especializar", nos últimos anos, o seu próprio objecto disciplinar. Para além das possíveis articulações analíticas, a problemática dos espaços públicos, no sentido amplo que referimos, tem sido desenvolvida, sobretudo, de um ponto de vista urbanístico, em especial a partir, precisamente, da análise das *morfologias sociais e urbanas* (e aqui a adjectivação "social" não deixa de ser redundante, mas permite-nos enfatizar essa dupla condição sócio-espacial das morfologias urbanas).

Assim, não estando em causa, neste momento, definir e desenvolver um objecto específico de uma sociologia urbana dos espaços públicos, o desafio será, contudo, o de posicionar esta problemática, no quadro, precisamente, das reflexões anteriores sobre ambiente e património. Efectivamente, tal como dissemos no início, esta trilogia do ambiente urbano, do património urbano e do espaço público urbano – a adjectivação "urbana" serve-nos não só para demarcar a especificação problemática, mas também para enfatizar o quadro analítico de referência – parece indiciar um novo contexto paradigmático de reflexão sobre a famigerada "questão urbana" donde partimos. Em todo o caso, não se tratará, propriamente, da construção de um novo paradigma urbano, mas, antes, o de procurar destacar alguns dos sinais

problemáticos, precisamente, desse mesmo paradigma.

Vêm estas observações a propósito, com efeito, do debate actual sobre o espaço público urbano – e aqui, a adjectivação "urbana" já é manifestamente redundante, tendo em conta que essa problemática só tem algum significado analítico reportada, precisamente, aos espaços públicos das cidades, no contexto crítico anteriormente assinalado (ver atrás). Mas, realmente, o debate actual sobre o espaço público parece indissociável do próprio debate sobre a crise paradigmática das "grandes narrativas", no quadro da realização plena (ou não) da "modernidade" e, portanto, dos próprios sinais de uma eventual "pós-modernidade" do presente contexto civilizacional. Não é este, certamente, o lugar para desenvolver esse debate cultural e societal, nem o presente equacionamento problemático a isso fica obrigado. Mas já nos interessa e nos obriga procurar balizar, nesse mesmo contexto, aquela problemática do espaço público.

A título ilustrativo daquele confronto paradigmático, tomemos o exemplo histórico do *Passeio Público* – enquanto componente fundamental do modelo urbanístico da reconstrução pombalina de Lisboa, no seguimento de Terramoto de 1755, em plena ascensão Iluminista e abrindo, assim, a capital do país a um período que podemos designar de Modernidade Histórica – face ao que, efectivamente, estamos procurando indiciar como *Espaço Público* das cidades.

Tudo leva a crer estarmos perante duas noções, que embora se reportem a entidades de natureza e de usufruto "público", só aparentemente poderão ser equivalentes. Com efeito, no primeiro caso, estamos perante uma componente urbanística integradora do projecto urbano em causa, mas com a função, precisamente, de explicitar *um lugar público*, neste caso, de manifestação social e de afirmação política das novas classes burguesas (enquanto classe histórica); pelo contrário, em relação ao mencionado espaço público, para além de poder vir a integrar, um tanto paradoxalmente, o que já foi conotado como "*não-lugares*" (na curiosa designação de M. Augé, 1992), parece pôr em causa, desde logo, a mera distinção administrativa entre "público" e "privado", ao mesmo tempo que se *insinua*, com ambiguidade funcional e complexidade morfológica, no próprio tecido urbano das cidades.

Uma tal "insinuação" é realmente indissociável das mudanças sociais e urbanas que, nos últimos anos, têm vindo a reconfigurar as respec-

tivas morfologias territoriais das cidades. E, a este nível, vale a pena recordar uma questão que tem sido central naqueles processos de mudança e já anteriormente referenciada – trata-se dos "espaços vazios" da cidade, resultantes da perda de funções anteriores, nomeadamente em contextos de desactivação industrial ou de reestruturação produtiva, como têm sido os casos emblemáticos de *(re)utilização* das frentes urbanas das cidades de água (cfr. Vítor Matias Ferreira e Alexandra Castro, 1999).

Com efeito, este *riuso urbano* (para citar uma expressão da vastíssima literatura italiana sobre esses mesmos processos) tem sido sistematicamente orientado para dois objectivos fundamentais: antes de mais, uma operação imobiliária, dita de requalificação urbana, mas realmente de acentuada rentabilização fundiária e económica; acoplada, na maior parte dos casos, a essa operação financeira, aquela "ocasião de fazer cidade" (parafrazeando F. Indovina, 1992) tem inscrito, quase sempre, nos respectivos projectos – funcionando, então, como um dos elementos fundamentais do "marketing" daquela operação – o desenho de múltiplos e apelativos "espaços públicos", envolvendo e, realmente, insinuando-se na nova malha urbana!

Com é evidente, o espaço público das cidades não fica exclusivamente conotado com as situações que acabámos de referir. Mas, sem dúvida que elas determinam a actual configuração "pública" das cidades. Num plano semelhante parecem ir as observações de G. Martinotti (1999), a propósito da sua análise sobre "a morfologia física do periurbano". Efectivamente, para este autor, o *periurbano* é o espaço no qual "a potencialidade urbana se descarrega, como a electricidade de um cabo de alta tensão, numa série de formas territoriais, aeroportos, *shopping malls*⁶, bairros residenciais, equipamentos de tempo livre, etc." (*op.cit.*, 40). E se é verdade que aquele autor não se está reportando, propriamente, aos espaços públicos da cidade – sendo ainda discutível se o "periurbano" não nos obrigará, por definição, a "sair" da cidade... – é, contudo, a propósito do que o mesmo autor titula de "nova morfologia social", na qual "a cidade central e o seu periurbano surgem estreitamente articulados", que poderemos vir a referenciar algumas características dos espaços públicos.

Realmente, criticando os autores que falam "da 'fuga da cidade' e do retorno ao campo", aquela nova morfologia social das cidades tem a ver com "a criação de implantações difusas, nas quais as estratégias de organização da vida quotidiana se combinam com as exigências de mobilidade e com os estilos de vida doméstica, produzindo, assim, um sistema urbano complexo, bastante diferente da cidade tradicional" (*op. cit.*, 44).

Regressamos, portanto, à morfologia das cidades. G. Amendola (2000), na sua obra significativamente titulada de a *cidade pós-moderna*, lembra que "a forma da cidade já não segue, prioritariamente, a função (*form follows function*), tal como foi defendido pelo movimento moderno", para concluir, depois, de modo sem dúvida polémico, "que a força dos sonhos e dos desejos, na reconfiguração da cidade nova, não é inferior à do lucro e da renda diferencial (G. Amendola, *op. cit.*, 77). Não se julgando necessário entrar naquela "polémica", retemhamos, antes, a ênfase e a prioridade da *forma urbana* na própria referenciação dos espaços públicos da cidade.

Análise da forma urbana ou, noutra formulação, abordagem da morfologia social e espacial das cidades, tal é o enfoque privilegiado que parece permitir a problematização dos espaços públicos. Mas, dissemos no início que era questionável a condição estritamente "pública" destes espaços. Com efeito, aquela condição é, fundamentalmente, de natureza *colectiva*, na medida em que, como dissemos, ela aparece conotada com a respectiva morfologia urbana, *social* por condição e por destino! Tal é, também, a conclusão de M. de Solà-Morales (1999), numa abordagem curiosamente mais urbanística do que sociológica, sobre os "espaços públicos/espaços colectivos".

Para aquele arquitecto, mas também urbanista e filósofo, aquela condição de "público" é entendida "como forma excelente do *social*", e isso porque "a cidade é precisamente o lugar onde o privado pode ser – e de certo modo é – social, tanto quanto o público". E justifica dizendo que "a melhor cidade é aquela na qual os edifícios particulares, sobretudo os bons edifícios particulares, quer queiram quer não, são elementos públicos e transportam significados e valores sociais além de si mesmos, e nisso reside o seu

⁶ G. Martinotti, na obra citada, explica que a expressão *mall* (abreviatura de "shopping mall") é de origem italiana, reportada "à rua onde se jogava o 'pallamaglio', jogo seiscentista entretanto desaparecido da memória, mas que permanece, ainda, na toponímia das cidades como Pall Mall"(...). Assim, extensivamente, "*mall*" acabou por se constituir como um termo genérico designando as zonas comerciais da cidade e, mais recentemente, aquelas onde os "shopping malls" se têm vindo a instalar" (*op. cit.*, 42)

modo de ser *urbano*" (*op. cit.*, 19). E explicitando melhor esta concepção dos espaços públicos, aquele autor afirma, ainda, em páginas anteriores, que estes espaços devem "reflectir em si os espaços privados, fazendo deles, também, *património colectivo*". Por isso, é necessário "dar carácter urbano, público, aos edifícios e lugares que, sem isso, seriam privados". Nessa medida, "urbanizar o privado é o conceito, o que quer dizer absorver o espaço privado no espaço público" (*op. cit.*, 16, *itálicos nossos*).

Certamente que uma abordagem propriamente sociológica teria dificuldade em ser mais explícita do que as citações anteriores! Por outro lado, vimos como aquela formulação dos espaços públicos os encaminhou para um entendimento enquanto "património colectivo". Se tivermos em conta as reflexões apresentadas no ponto anterior, não será certamente abusivo concluir que aquele entendimento é semelhante à nossa própria conclusão, quando considerámos o *património urbano* como a dimensão histórica e cultural integradora da identidade social e espacial das cidades.

Eis o que nos permite, não propriamente "fechar o círculo", mas, antes, sublinhar a estreita articulação entre aquelas noções de espaço público e de património urbano. Tendo em conta,



também, os comentários desenvolvidos a propósito do ambiente urbano – na sua profunda simbiose com a dimensão patrimonial da cidade – será que este "triângulo" indicia um *novo paradigma urbano*? Preferimos não responder a essa dúvida de fundo, deixando ao leitor a suficiente margem de debate para ir procurando as respostas ou outras interrogações! Em todo o caso, os objectivos deste texto não se esgotam nesse debate, tal como dissemos logo no início. É tempo, pois, para passarmos ao último tópico que, como veremos, não deixará de trazer novas inquietações.

Movimento, Instituição e Cidadania Urbana – a Democracia na/da Cidade?

Chegados aqui, várias questões se colocam, sobretudo se tivermos em conta que as reflexões anteriores tinham em vista discutir a condição social, cultural e urbana das cidades, nossas contemporâneas, para, a partir de um tal equacionamento, debater, então, alguns dos problemas que se colocam, hoje, em torno da cidadania e da democracia, na e da cidade, precisamente. Significa isto que está fora de questão "sairmos" do quadro analítico donde partimos, ou seja e tal como veremos, a discussão aqui em causa – centrada na *cidadania democrática*, com redundância enfática, que nos perdoem os politólogos... – não deixará de partir, etimologicamente, da própria noção de cidade, tal como a equacionámos em páginas anteriores, mas agora procurando incorporar essa problematização naquela temática central.

Antes, porém, torna-se necessário posicionar, em termos gerais e de um modo um tanto esquemático, o eterno relacionamento entre os "cidadãos" e a "política". É certo que, no limite, aquele relacionamento é tendencialmente pleonástico, na medida em que o exercício pleno da cidadania pressupõe, exactamente, a assunção plena da política! Mas, razões operativas, levam-nos a partir daquele posicionamento analítico que, por comodidade do discurso, o colocamos em torno da tensão entre o "movimento social" e a "instituição política". Trata-se de um quadro analítico já anteriormente referenciado (vd. adiante), aquando da discussão sobre os processos de requalificação social e urbana e no contexto das "apostas políticas", então avançadas. Vimos, na altura, que em relação a essas "apostas", um dos domínios fundamentais tinha a ver, precisamente, com a *política*, entendida, então, a partir

da dialéctica entre o "movimento" e a "instituição". Em todo o caso, não nos alongaremos sobre essa (eterna?) tensão societal, de resto já amplamente referenciada (cfr., entre outros, Vítor Matias Ferreira, 1994, onde se pode localizar, igualmente, alguma bibliografia entretanto recenseada).

Contudo, dado o contexto urbano em que nos situamos, parece necessário desenvolver algumas considerações sobre esse "movimento", que sendo, obviamente, *social*, nos ajuda a entender aquela mesma tensão societal. Em todo o caso, e como forma de demarcar o "território" aqui em causa, será necessário desmontar uma das formas mais equívocas e mais ambíguas com que, na generalidade dos casos, o "movimento" aparece transfigurado, se não mesmo "travestido" em roupagens que, manifestamente, não parecem ser as suas! Reportamo-nos às diversas formas ditas de "participação social", em nome das quais é suposto materializar aquele mesmo "movimento". Superados os limites, ainda que um tanto esquematicamente, dessa "não acção social", talvez o nosso caminho fique mais facilitado para abordar, então, o movimento social, na sua expressão mais actual e, daí, partir para uma formulação da própria cidadania política que se deve assumir, como veremos, cada vez mais como uma *cidadania urbana!*

da participação ao movimento social

Como dissemos, trata-se, agora, de demarcar, tanto quanto possível, o "território" da *acção social*, propriamente dita, como forma de problematizar-mos o sentido e as condições do movimento social, enquanto tal. Razões de espaço – que o texto já vai longo! – levam-nos a uma abordagem um tanto esquematizada, através de tópicos ou quase "teses", a exigirem posteriores desenvolvimentos. Vejamos, então, desde já, o que designámos como a negação da própria acção social e que surge com o eufemismo da "participação social".

Efectivamente, a "participação social", não apelando, de nenhum modo, a um conceito analítico, comporta, contudo, uma expressão empírica demasiado "colada" à sua própria enunciação textual. Não se estranha, pois, que esta "colagem" acabe por estar significativamente presente, com frequência e de um modo hegemónico, quer no discurso "técnico", quer nos programas e nos projectos políticos. E, no entanto, ao nível daquela expressão empírica, é

possível constatar, desde logo, que a *participação social é uma figuração social*. Com efeito, numa simples diferenciação sociológica, no quadro das práticas e representações sociais, entre "actores", "protagonistas" e "figurantes" (ver adiante), a "participação social" joga, sobretudo, ao nível mais elementar de representação propriamente dita, isto é, como dissemos, ao nível de uma mera figuração social.

Por outro lado, em termos propriamente políticos, parece confirmar-se, também, que a *participação social é um simulacro de intervenção política*. Num sistema em que é dominante o processo de representação política, a "participação social" tem, efectivamente, um impacto político de "simples representação". Isto é, aquilo que se representa é, precisamente, *uma simulação* da suposta intervenção política. Complementarmente e numa abordagem, digamos, mais disciplinar, parece possível deduzir que a *participação social é, também, um embuste sociológico*. Efectivamente, a "participação social" é, quase sempre, um somatório de comportamentos individuais, cada um deles confrontado com o suposto objecto de "participação" e sem relacionamento social com os restantes. Em tais condições, a resultante de um tal somatório de comportamentos é, tendencialmente, plural, mas não é, de modo explícito e coerente, de condição e de natureza propriamente social.

Mas é, ainda, possível constatar, a um outro nível, que a *participação social escamoteia a distinção cultural*. Num momento em que as sociedades tendem a reorganizar-se na base de múltiplos modos e estilos de vida e de diferenciados modelos culturais, recompondo, desse modo, os próprios processos de estruturação e de diferenciação social, aquela "participação", banalizando os distintos quadros culturais, tem implícita uma ideia culturalmente homogénea e socialmente padronizada dos respectivos "participantes".

Mas, o embuste da "participação social", atrás referido, tem implicações mais profundas. A este nível, pode-se constatar, assim, que a *participação social é economicamente discriminante*. Efectivamente, para uma parte significativa da população, cujos recursos económicos e sociais se encontram num patamar, ou mesmo abaixo, dos níveis de sobrevivência, a suposta "participação social", mesmo nos limites atrás referenciados, é não só individualmente frustrante, como socialmente agressiva, com efeitos políticos manifestamente perversos.

Não só pelas razões atrás referidas, mas de um modo geral, verifica-se, também, que a *parti-*

cipação social é, muitas vezes, intelectualmente opaca. Em situações muito particulares, mas em que se apela, precisamente, àquela participação social – por exemplo, em relação aos "planos de urbanização", nomeadamente no caso dos Planos Directores Municipais, mas também em relação aos "estudos de impacto ambiental", entre outras situações – a dita "participação social" pressupõe um entendimento técnico daqueles instrumentos e da sua própria complexidade, mesmo nos casos em que houve alguma preocupação didáctica na respectiva apresentação pública, que a maior parte dos "participantes" não possui.

Finalmente, e como corolário da trama ideológica anteriormente referenciada, deve-se concluir que *a participação social não constitui, nem uma etapa, nem uma componente dos movimentos sociais.* De um certo ponto de vista, a participação social é mesmo *o contrário* de um movimento social, na medida em que, pelo que se disse atrás, aquela participação joga num terreno que é completamente exterior, precisamente, tanto ao "movimento", como ao "social". Esta mesma conclusão obriga-nos, assim, à problematização do movimento social.

O movimento social, na sua simples enunciação – tomando-a de empréstimo e um tanto esquematicamente, a A. Touraine, 1978 – define-se enquanto *conduta colectiva de mudança*, mas de configuração sociológica e de impacto social e político muito diferenciados, seja ao nível de condutas meramente reivindicativas, seja em termos de protesto político-institucional, seja, enfim, enquanto movimento social propriamente dito, isto é, de transformação da própria realidade societal. Trata-se de uma trilogia de condutas colectivas da mudança social e política, bem demarcadas entre si, precisamente na natureza sociológica e nos efeitos políticos dessa mesma mudança.

Citámos A. Touraine. Vale a pena regressar a ele, mas tendo em conta o quadro da realidade social portuguesa, de resto sempre presente, qual filigrana, ao longo do presente texto. Como observador estrangeiro e estranho a essa realidade, A. Touraine não deixou de comentar a situação vivida em Portugal no período revolucionário 1974/75, afirmando, então (em entrevista a um jornal de Lisboa, e citamos de cor) que aquela realidade apresentava uma profunda "dissociação" entre a acção das forças sociais e o

funcionamento do sistema político. Como se "dois mundos" – o "social" e o "político" – se desenvolvessem lado-a-lado, sem mediações nem mecanismos de articulação entre si. Independentemente do maior ou menor alcance analítico daquela observação, poderemos adoptá-la como metáfora sugestiva da realidade portuguesa, e não só naquele período, mas aludindo a uma indelevel, paradoxal (?), perenidade!

Com efeito, a dinâmica social que, entre nós, se tem desenvolvido nas últimas décadas – e mau grado as mudanças sociais e políticas, entretanto ocorridas – é, ainda, a resultante de *um longo período de "recolhimento social" e de autoritarismo político*, que nem o "intermezzo revolucionário", 74/76, nem sucessivas "experimentações" sociais, tiveram a capacidade de superar e de consolidar, em termos de uma maior *organicidade* da própria "sociedade civil", nem de uma adequada estruturação dos mecanismos de mediação política⁷. É possível constatar, assim, em termos muito contraditórios e necessariamente esquemáticos, um subtil, mas, por vezes, profundo "vazio" nas formas de manifestação (do) social e nos mecanismos de regulação (da) política. Deste modo, a dinâmica social, por um lado, e o exercício político, por outro, parecem tender para uma *acentuada bipolarização, social e política*, no quadro de uma débil e pouco "vertebrada" estruturação da dita sociedade civil.

Em tais condições e de um modo um tanto esquemático, insiste-se, pode-se admitir que a sociedade portuguesa oscila, ainda, *entre a apatia da dita "participação social" e a explosão do "movimento social"*, mau grado as múltiplas "experiências sociais" que, nos últimos tempos, têm vindo a atravessar o tecido social e o poder político e, deste modo, permitindo algum "preenchimento" daquele vazio societal.

Efectivamente, as múltiplas *experiências de desenvolvimento local*, partindo de iniciativas e de recursos de base local, precisamente – ainda que nem sempre garantindo a consolidação política e ideológica desses mesmos projectos sociais, face a determinadas dinâmicas de integração hegemónica ao nível institucional – constituem "sinais" e/ou "sintomas" de uma diferente organicidade societal. Mas são, ainda, "sinais" e "sintomas" que se perdem na sua efemeridade! Por outro lado, a vigência do que foi enunciado, durante muito

⁷ Com posicionamentos teóricos bem distintos entre si e da presente abordagem analítica, não parecem ser muito diferentes, reportadas a outros contextos empíricos, as respectivas interpretações sobre a sociedade portuguesa e sobre o correspondente sistema político, quer de M. V. Cabral (1997), quer de J. Mozzicafreddo (1998).

tempo, como "poder local", de base municipal, cedo foi perdendo, na generalidade dos casos, as características de "laboratório social", independentemente do grau e da natureza do impacto político de muitas daquelas "experiências sociais", ao fim e ao cabo bastante residuais no plano dos fundamentos da sociedade em geral.

E, no entanto, o movimento social, ao nível dos seus próprios conteúdos e das respectivas dinâmicas, é, hoje, sobretudo, *um movimento cultural* (A. Touraine, 1999), enquanto magma de distintas identidades culturais e de bem diferenciados modos de vida, ainda que, na generalidade dos casos, numa base territorialmente segregada e socialmente discriminada. Significativamente, pode-se constatar, igualmente, que a sociedade portuguesa é, cada vez mais, *uma sociedade pluricultural* – o que não significa que seja propriamente "intracultural" – quer na multiplicidade de culturas e de comunidades de distinta etnia que a têm vindo a (re)configurar, quer no sentido de um reformulado protagonismo da acção social – ainda que, muitas vezes, seja um mero *protagonismo de "figuração"*, como temos vindo a constatar. Significativamente, é esta mesma "figuração" que limita, nos seus próprios fundamentos, o exercício pleno da cidadania. Eis o que nos permite partir para o remate deste texto.

da cidadania urbana

Depois do caminho entretanto percorrido, não se estranhará adoptar um determinado pressuposto, que não é mais do que um simples corolário das observações que temos vindo a registar. Um tal pressuposto, de resto explicitado no início deste texto, admite partir da cidadania, desde logo ao nível etimológico – isto é, *partir da cidade...* ("cidadania": "qualidade de cidadão"; "cidadão": "habitante da cidade" – Dic. Morais). Mas partir, também, da hipótese forte (e um tanto óbvia), que é na cidade que, fundamentalmente, se exercem – ou não! – *os direitos e os deveres da cidadania!*

Como é evidente, não iremos retomar, aqui, as observações que fomos fazendo, ao longo do texto, sobre a cidade, propriamente dita, na sua dimensão cultural e urbana, nem nos seus processos de requalificação social e territorial. Mas precisamos, ainda, de a observar no quadro de uma suposta "justiça social", que é, ainda, uma forma de a discutir no contexto da dita cidadania.

Por isso, pode-se admitir, igualmente, que a cidade funciona como um lugar de *ressarcimento social* (na curiosa expressão de F. Indovina), isto é, um território de "partidas" e de "contrapartidas", um espaço de "custos", mas também de "indemnizações", ao fim e ao cabo, um espaço social em que se acaba sempre por ser, de algum modo, "ressarcido" de uma parte dos "custos da cidade"... Nesta dialéctica – há quem a ponha, também, em termos de "pão" e de "circo"... (M. V. Cabral, 1999) – a cidade acaba por ser um lugar privilegiado de *inclusão social* (há uns anos, diríamos, a pensar no "bom funcionamento" da sociedade, como um lugar de "integração social"...). Mas, como sabemos, trata-se de uma *inclusão socialmente discriminada, politicamente controlada e ideologicamente condicionada!*

Aprofundando esta questão, podia-se perguntar, também, "porque é que a metrópole não explode?" (M. Santos, 1996) – a pensar, sobretudo, nas grandes metrópoles (neste caso, de S. Paulo), mas o raciocínio pode ser alargado para as cidades que superaram a "escala humana" (e também a escala urbana...). Contudo, se "não explode", vai "implodindo", potenciando os *mecanismos formais e informais* da economia e explorando os *procedimentos institucionais e domésticos* da sociedade – através dos quais a política (se) joga e a cidadania se "representa" – aqui, como num palco, em que há actores e figurantes..., como vimos antes.

Efectivamente, pode-se admitir *a metáfora da cidade como um palco da sociedade* – assim, a cidade condensa e polariza, através de uma esquema de representações sociais e políticas, a estrutura social e o sistema político da respectiva sociedade. Como "palco", a cidade tem, por isso, actores, mas também "figurantes" (não me refiro aos "figurões"! – numa outra linguagem, poderíamos chamar de *agentes sociais*, isto é, os que "agem" de acordo com um determinado "guião", mas cuja acção é fundamental para que outros possam "actuar" – os que, precisamente, chamamos de *actores sociais!*

A este nível de "representação", confirma-se, assim, que aqueles últimos, isto é, os que, precisamente, têm a capacidade de agir e de actuar (sem redundância), são, por excelência, os que podemos designar de actores sociais da *acção política da cidade*, e, deste modo, apresentam-se como os *actores centrais* da mudança social. Como se sabe, é esta diferente centralidade social, que é também territorial, que acaba por determinar que os "papéis" (sociais) a representar sejam socialmente discriminantes...

Mas se há actores e figurantes/agentes, há ainda os protagonistas – isto é, os que protagonizam, verdadeiramente, a acção social e a (eventual) mudança política. Deste modo, no *palco urbano da sociedade*, a cidadania joga-se e representa-se em torno de três tipos de personagens: *actores, figurantes e protagonistas...* E, no entanto, uma sociologia da acção (A. Touraine, *op. cit.*) centra a mudança societal, precisamente, naqueles actores sociais – que fazer, então, com os "figurantes"? Qual o seu lugar no exercício da cidadania? E os "protagonistas", sendo actores "privilegiados", serão uma nova "vanguarda" da mudança social?

Em todo o caso, qualquer *estratégia de actores* – hoje muito discutida, por exemplo, no quadro do "planeamento estratégico" e da "governança urbana" (cfr. I. Guerra, 1999, J. Seixas, 1999) – tem que partir desta *discriminação de recursos* económicos, sociais e políticos que, no quadro da cidadania, determina, necessariamente, *uma discriminação do exercício pleno dessa mesma cidadania*. Nessas condições, é possível, por exemplo, formular "estratégias de planeamento" – urbano, territorial, etc... – sem questionar, prévia ou simultaneamente, aquela condição social e politicamente discriminatória da cidadania?

Pelo que acabámos de ver, não parece haver plena cidadania – da cidade, portanto – em situações de exclusão urbana, isto é, de exclusão da cidade, propriamente dita! Realmente, e tal como vimos atrás, "o direito à cidade" (H. Lefebvre, *op. cit.*) é *um direito à vida urbana*, enquanto direito à qualidade de vida na cidade. E por mais subjectiva que seja esta avaliação qualitativa, tal como vimos atrás (vd. adiante), ela é vivida, desde logo, por contraste com a sua ausência, como bem nos lembrou F. Indovina (*op. cit.*). E, por outro lado, essa qualidade de vida urbana é indissociável, tal como também sublinhámos atrás, da qualidade do respectivo ambiente urbano. Por isso, num inquérito recente aos residentes da Grande Lisboa⁸, sobre o respectivo *ambiente urbano*, os inquiridos das classes "média" e "média-alta" identificaram o ambiente urbano como *qualidade de vida*, enquanto que os de classe "baixa", entendem-no como *condições de vida* – certamente que um "bom ambiente urbano" tem de responder a estas duas exigências...

Por outro lado, *a inclusão urbana pressupõe uma outra solidariedade territorial*, na medida em

que o território não deve ter estatutos de primeira e de segunda classes... E, contudo, o território português encontra-se profundamente litoralizado e acentuadamente segmentado e segregado – 85% da população do continente está instalada numa "conurbação urbana" atlântica de cerca de 40 km de largura, desde a Península de Setúbal até ao Minho, apresentando "clusters" de alguma qualidade urbana ao lado de territórios periféricos, mas "infra-urbanizados"! Neste sentido, se a cidade é o lugar por excelência de exercício da cidadania, a qualidade do exercício da cidadania é, pois, inseparável da própria *qualidade da cidade*, isto é, da qualidade do "urbano", ou seja, ainda, da própria *urbanidade*, como tivemos ocasião de demonstrar em páginas anteriores. Isto significa que a reivindicação de uma melhor cidadania pode, ou melhor, deve ser feita, também, no quadro da reivindicação de uma melhor urbanidade!

O que significa que o exercício da cidadania não se esgota no exercício dos direitos civis, sociais e políticos, tal como Marshall (1973) não deixou de acentuar. Pressupõe, também, *direitos urbanos* – direito à habitação, direito à mobilidade, direito aos espaços públicos, direito à governança urbana, etc – que são, também *deveres urbanos*, no sentido, precisamente, do exercício pleno da cidadania! E se todo este conjunto de direitos e de deveres é transversal aos referidos "direitos civis, sociais e políticos", não estaremos obrigados, assim, a um novo equacionamento da própria cidadania?

Intencionalmente, fomos formulando várias perguntas, sinal que ainda existem muitas questões em aberto. Mas sem dúvida que a problematização da cidade, anteriormente avançada – quando nos interrogámos, uma vez mais, se o triângulo analítico do ambiente urbano, do património urbano e do espaço público, não introduziria, necessariamente, um novo paradigma urbano – pode-nos ajudar a encerrar, por agora, o conjunto das observações anteriores.

Efectivamente, e tal como procurámos ilustrar nos vários pontos deste texto, o questionamento da cidade, hoje, obriga-nos à *reformulação de várias dimensões analíticas da própria questão urbana*. E, nessa ordem de ideias, de acordo com o posicionamento adoptado, isto é, tendo em conta aquela mesma reformulação da questão urbana, a própria cidadania terá de ter,

⁸ Cfr. V. Matias Ferreira, J. Luís Casanova e Alexandra Castro (coords) (2000).

necessariamente, uma nova formulação. Na falta de uma melhor expressão – mas também porque sabemos que deixámos muitas questões em aberto

– designámos essa proposta de *cidadania urbana*, enfatizando, assim, o duplo estatuto desse exercício pleno da *democracia na e da cidade*.

Referências Bibliográficas

AMENDOLA, G. (2000), *La Città Postmoderna*, Roma-Bari, Ed. Laterza.

AUGÉ, M. (1992), *Não-Lugares. Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*, Venda Nova, Bertrand Ed.

BAIROCH, P. (1985), *De Jéricho à Mexico. Villes et Économie dans l'Histoire*, Paris, Gallimard.

BARDET, G. (1963 [1945]), *L'Urbanisme*, Paris, P.U.F.

CABRAL, M. V. (1997), *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal*, Lisboa, Celta.

CABRAL, M. V. (1999), "A Montanha e o Rato. Notas à margem de um 'dossier' sobre a Expo depois da Expo" in V. MATIAS FERREIRA e F. INDOVINA, *op. cit.*, pp. 331-348.

CASTELLS, M. (1968), "Y a-t-il une sociologie urbaine?", *Sociologie du Travail*, 1/68, pp.79-90 (trad. port. in M. C., *Problemas de Investigação em Sociologia Urbana*, Lisboa, Presença).

CASTELLS, M. (1972), *La Question Urbaine*, Paris, Maspero.

CASTELLS, M. (1990), "Estrategias de desarrollo metropolitano en las grandes ciudades españolas: la articulación entre crecimiento económico y calidad de vida" in Borja, J. e al. (eds) *Las Grandes Ciudades en la Decada de los 90*, Madrid, Ed. Sistema.

CASTELLS, M. (1996, 1997, 1998), *The Information Age: Economy, Society and Culture*, Malden/Oxford, Blackwell Publis., 3 vols – vol. I, *The Rise of the Network Society*, 1996; vol. II, *The Power of Identity*, 1997; Vol III *End of Millennium*, 1998.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1990), *Livro Verde sobre o Ambiente Urbano*, Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento, M.N.E., 57 pp., roneo.

CHOAY, F. (1996), *L'Allégorie du Patrimoine*, Paris, Ed. du Seuil.

CORDEIRO, G.I. (1997), *Um Lugar na Cidade: Quotidiano, Memória e Representação no Bairro da Bica*, Lisboa, Dom Quixote.

COSTA, A. F.(1999), *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta.

FORTUNA, C. (org) (1997), *Cidade, Cultura e Globalização*, Lisboa, Celta.

FURUSETH, O. e WALCOTT, A. (1990), "Defining Quality of Life in North Caroline" in *Social Science Journal*, 27, pp.

GIOVANNONI, G. (1998 [1931]), *L'Urbanisme face aux Villes Anciennes*, Paris, Ed. du Seuil (trad. do ital.).

GUERRA, I. (coord) (1999), *A Baixa Pombalina. Diagnóstico, Prospectiva e Estratégia de Actores*, Lisboa, Celta.

INDOVINA, F. (1992), "Il Consumo della Qualità Urbana" in E. SALZANO (org) *La Città Sostenibile*, Roma Ed. della Autonomie.

INDOVINA, F. (org.) (1976), *Capitale e Territorio. Processo Capitalistico e Utilizzazione del Territorio in Italia*, Milão, Franco Angeli.

LE CORBUSIER (1957 [1942]), *La Charte d'Athènes*, Paris, Ed. Minuit (trad. port. in *Arquitectura*, 1948-49).

LE GOFF, J. (1997), *Pour l'Amour des Villes*, Paris Textuel (trad. port. in Presença).

LEFEBVRE, H. (1968), *Le Droit à la Ville*, Paris, Anthropos.

MARSHALL, T. H. (1973), *Class, Citizenship and Social Development*, Westport, Connecticut, Greenwood Press.

MARTINOTTI, G. (org) (1999), *La Dimensione Metropolitana*, Bolonha, Il Mulino.

MATIAS FERREIRA, V. (1994), "Qualidade de Vida Urbana e Metropolitana. Apostas para uma Requalificação da Quantidade" in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia.

MATIAS FERREIRA, V. (1998), "Património Urbano – a Memória da Cidade" in *Urbanidade e Património*, Lisboa, IGAPHE/URBE, pp. 53-62.

MATIAS FERREIRA, V. e al (1997), *Lisboa, a Metrópole e o Rio. Centralidade e Requalificação das Frentes de Água*, Lisboa, Ed. Bizâncio.

MATIAS FERREIRA, V. e al (1999), "Requalificação Urbana ou Reconversão Urbanística?" in V. MATIAS FERREIRA e F. INDOVINA, *op. cit.*, pp. 205-251.

MATIAS FERREIRA, V. e CASTRO, A. (1999), "Cidades de Água. A Lenta "Descoberta" da Frente Marítima de Lisboa" in V. Matias Ferreira e F. Indovina, *op. cit.*, pp.17-40.

MATIAS FERREIRA, V. e INDOVINA, F. (coord.) (1999), *A Cidade da Expo'98. Uma Reconversão na Frente Ribeirinha de Lisboa?*, Lisboa, Ed. Bizâncio.

MATIAS FERREIRA, V., CASANOVA, J. L. e CASTRO, A. (coords) (2000), *Ambientes Urbanos em Lisboa*, Lisboa, a publicar.

- MOZZICAFREDDO, J. (1998), *Estado Providência e Cidadania em Portugal*, Lisboa, Celta.
- NELLO, O. (1999), *Ciutat de Ciutats. Reflexions sobre el Procés d'Urbanització a Catalunya*, Barcelona, a publicar.
- PORTAS, N. (1985), "Notas sobre a Intervenção na Cidade Existente", *Sociedade e Território*, 2, pp. 8-13.
- RUSKIN, J. (1847), *The Stones of Venice*, Londres, Allen.
- SANTOS, M. (1996), *A Urbanização Brasileira*, São Paulo, Ed. Hucitec.
- SEIXAS, J. (1999), "Que Inovações Possíveis para o Governo Urbano em Lisboa?", Lisboa-Barcelona, *doc. de trabalho*, 15 pp.
- SENNETT, R. (1975/1970), *Vida Urbana e Identidade Pessoal*, Barcelona, Ed. Península (trad. *The Uses of Disorder: Personal Identity and City Life*, N.Y., A. Knopf).
- SITTE, C. (1992 [1889]), *A Construção das Cidades segundo seus Princípios Artísticos*, São Paulo, Ed. Ática (trad. do alemão).
- SOLÁ-MORALES, M. (1999), "Espaços Públicos/Espaços Colectivos" in *Urbanismo* 4, Lisboa, Associação dos Urbanistas Portugueses, pp. 15-19.
- TOURAINÉ, A. (1969), *La Société Post-Industrielle*, Paris, Denoel. (trad. port.).
- TOURAINÉ, A. (1978), "Théorie et Pratique d'une Sociologie d'Action", *Sociologie et Sociétés*, X (2), pp. 149-188.
- TOURAINÉ, A. (1980), *L'Après Socialisme*, Paris, Grasset.
- TOURAINÉ, A. (1999), *Comment Sortir du Libéralisme?*, Paris, Fayard (trad. port.).
- VELHO, G. (org) (1999), *Antropologia Urbana. Cultura e Sociedade no Brasil e em Portugal*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- VELHO, O. G. (org) (1979), *O Fenómeno Urbano*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- WIRTH, L. (1957 [1938]), "The Urbanism as a Way of Life" in HATT e REISS (orgs) *Cities and Society*, Glencoe, The Free Press.